



# **ACADEMIA MILITAR**

## **Força de Reacção Imediata - FRI: Missões Atribuídas ao Núcleo Inicial da Componente Terrestre**

**Autor**

**Aspirante Oficial Aluno de Infantaria  
Luís Carlos Orvalho Conde da Luz**

**Orientador: Tenente Coronel de Infantaria Hilário Dionísio Peixeiro**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada  
Lisboa, agosto 2012**



# **ACADEMIA MILITAR**

## **Força de Reacção Imediata - FRI: Missões Atribuídas ao Núcleo Inicial da Componente Terrestre**

**Autor**

**Aspirante Oficial Aluno de Infantaria  
Luís Carlos Orvalho Conde da Luz**

**Orientador: Tenente Coronel de Infantaria Hilário Dionísio Peixeiro**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada  
Lisboa, agosto 2012**

## **Dedicatória**

À minha família e amigos pelo apoio  
manifestado ao longo desta caminhada.

## **Agradecimentos**

Não poderia deixar de demonstrar a minha mais sincera gratidão a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram e colaboraram para a realização deste trabalho de investigação.

Desta forma quero expressar palavras de apreço e agradecimento:

Ao meu orientador, Tenente-Coronel de Infantaria Paraquedista Hilário Dionísio Peixeiro, pela sua dedicação, disponibilidade e forma como sempre me recebeu, pelos conselhos e ensinamentos manifestados, pelas experiências que me proporcionou, o meu sincero obrigado pelo apoio incondicional na condução deste trabalho de investigação.

A todos os militares do Regimento de Infantaria 15 em especial ao Comando e Estado-Maior do 1ºBatalhão de Infantaria Paraquedista, pela forma como me recebeu e acolheu fazendo-me sentir um membro da casa, criando condições excepcionais para a realização deste trabalho.

A todos os Oficiais que me possibilitaram a realização de entrevistas, contribuindo com conhecimentos factuais e credíveis para o trabalho de investigação.

Aos meus camaradas de Curso Geral e em especial aos de Infantaria, por tudo aquilo que vivemos e passámos ao longo desta jornada.

À minha família, em especial Pais, Avós e Irmã, aos meus amigos pelo apoio e compreensão ao longo da minha formação.

A todos aqueles que diretamente ou indiretamente contribuíram para a minha formação a nível pessoal e profissional.

## Resumo

Segundo o estipulado na constituição e leis da república, todo o cidadão português goza de um estatuto de proteção sempre que em causa esteja a sua segurança, dentro ou fora do Território Nacional.

A Força de Reação Imediata (FRI) traduz a capacidade de resposta de Portugal perante os seus cidadãos a viver ou a trabalhar no estrangeiro que, por razões conjunturais emergentes nos países hospedeiros, tenham necessidade de receber apoio ou ser evacuados para um local que lhes conceda segurança.

O presente trabalho pretende analisar o Núcleo Inicial da Componente Terrestre (NICT) da FRI na execução das tarefas atribuídas, identificando capacidades e limitações de ordem logística e organizacional.

Inicia-se o trabalho, seguindo a metodologia, com uma pesquisa bibliográfica, da qual se destacam diretivas várias emitidas pelo Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA) e Comando Superior do Exército e ainda Planos de Contingência elaborados pelas unidades da Brigada de Reação Rápida.

Numa fase inicial pretende-se caracterizar o NICT da FRI para melhor o compreender e identificar situações que constituam obstáculos ao cumprimento das suas tarefas. Por fim propõem-se soluções exequíveis e adaptadas à realidade do Exército Português, tendentes a resolver ou, pelo menos, minimizar o impacto destes problemas.

Os dados recolhidos permitiram fundamentar, não só a componente teórica, como a componente prática do trabalho – o trabalho de campo. Comparou-se o que está preconizado na documentação enquadrante com a realidade, recorrendo-se sempre que necessário ao conteúdo das entrevistas feitas a um grupo de Oficiais diretamente ligados à realidade da força.

Analizados e interpretados que foram os resultados obtidos, conclui-se que o NICT da FRI está apto a desenvolver as suas missões com a condição de que sejam ultrapassadas as limitações identificadas, nomeadamente aquelas impostas pelas carências de equipamentos e pela definição pouco clara dos meios de projeção.

**Palavras-chave:** FRI; NICT; Capacidades; Limitações; Missões.

## **Abstract**

According to the constitution and laws of the Portuguese republic, every Portuguese citizen enjoys a status of protection whenever their safety is threatened, inside or outside the National Territory.

The Immediate Reaction Force (IRF) reflects the responsiveness of Portugal to the Portuguese citizens living or working abroad who, for any reasons emerging in host countries, need to receive support or be evacuated to a secure location.

The present work aims to examine the IRF Land Component Advanced Party complying with the assigned tasks, identifying logistical and organizational capabilities and limitations.

The work begins, following the methodology, with a bibliographical research, with special focus to directives issued by EMGFA and the Army Higher Command and also to the Contingency Plans designed by the Rapid Reaction Brigade's formations.

Initially it is desired characterise the IRF Land Component Advanced Party, to better know it and identify possible obstacles to a good performance. Finally feasible solutions adapted to the Portuguese Army's reality are proposed in order to overcome or, at least, minimize the impact.

The data collected from literature sources allowed to consolidate not only the theoretical but also the practical component of the work - the field-work. A comparison was made between what the documents establish with the reality, using, as necessary, the information collected from the interviews made to a number of officers directly connected to the reality of the Force.

After the analysis and interpretation of the results obtained, it is possible to conclude that, the IRF Land Component Advanced Party is able to accomplish their missions if the identified limitations are overcome mainly those imposed by the equipment's shortage and unclear definition of the projection means.

**Keywords:** IRF; IRF Land Component Advanced Party; Capabilities; Limitations; Missions.

## Índice Geral

|  |      |
|--|------|
| <b>Dedicatória</b> .....                               | i    |
| <b>Agradecimentos</b> .....                            | ii   |
| <b>Resumo</b> .....                                    | iii  |
| <b>Abstract</b> .....                                  | iv   |
| <b>Índice Geral</b> .....                              | v    |
| <b>Índice de Figuras</b> .....                         | viii |
| <b>Índice de Quadros</b> .....                         | ix   |
| <b>Índice de Tabelas</b> .....                         | ix   |
| <b>Lista de Apêndices</b> .....                        | x    |
| <b>Lista de Anexos</b> .....                           | xi   |
| <b>Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos</b> ..... | xii  |

|  |   |
|--|---|
| <b>Capítulo 1 - Introdução do Trabalho</b> ..... | 1 |
| 1.1 Contextualização da Investigação .....       | 1 |
| 1.2 Justificação do tema .....                   | 4 |
| 1.3 Objeto e Objetivos do Trabalho .....         | 4 |
| 1.4 Metodologia e Modelo Metodológico .....      | 4 |
| 1.5 Pergunta de Partida .....                    | 5 |
| 1.6 Perguntas Derivadas .....                    | 6 |
| 1.7 Hipóteses .....                              | 6 |
| 1.8 Estrutura do Trabalho .....                  | 7 |

## Parte I

### Enquadramento Teórico

|   |    |
|---|----|
| <b>Capítulo 2 - Revisão de Literatura</b> ..... | 8  |
| 2.1 Enquadramento .....                         | 8  |
| 2.2 Força de Reação Imediata (FRI) .....        | 11 |

|       |  |    |
|-------|--|----|
| 2.2.1 | Génese.....  | 11 |
| 2.2.2 | Conceito da Força .....  | 11 |
| 2.2.3 | O Núcleo Inicial da Componente Terrestre da<br>Força de Reação Imediata..... | 12 |
| 2.3   | Cenários prováveis de emprego .....  | 14 |
| 2.3.1 | Cenário 1 – São Tomé e Príncipe .....  | 15 |
| 2.3.2 | Cenário 2 – Cabo Verde.....  | 16 |
| 2.3.3 | Cenário 3 – Guiné Bissau .....   | 17 |
| 2.4   | Ambiente Operacional .....   | 18 |
| 2.5   | Os Treinos.....  | 20 |
| 2.5.1 | Exercício “DIÁSPORA”.....  | 21 |
| 2.5.2 | Exercício “ZEUS”.....  | 21 |
| 2.5.3 | Exercício “LUSÍADA” .....  | 22 |

## **Parte II**

### **Trabalho de Campo**

|  |    |
|--|----|
| <b>Capítulo 3 - Metodologia e Procedimentos</b>                      | 23 |
| 3.1 Introdução   | 23 |
| 3.2 Metodologia  | 23 |
| 3.3 Procedimentos e Técnicas   | 25 |
| 3.4 As Entrevistas   | 26 |
| 3.5 A Amostra  | 26 |
| 3.6 Síntese Conclusiva   | 27 |
| <b>Capítulo 4 - Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados</b> | 28 |
| 4.1 Introdução   | 28 |
| 4.2 Análise das Entrevistas  | 28 |
| 4.2.1 Análise de conteúdo à questão n.º 1 do Bloco B                 | 29 |
| 4.2.2 Análise de conteúdo à questão n.º 2 do Bloco B                 | 30 |
| 4.2.3 Análise de conteúdo à questão n.º 3 do Bloco B                 | 32 |
| 4.2.4 Análise de conteúdo à questão n.º 4 do Bloco B                 | 33 |
| 4.2.5 Análise de conteúdo à questão n.º 1 do Bloco C                 | 34 |



|  |           |
|--|-----------|
| 4.2.6 Análise de conteúdo à questão n.º 2 do Bloco C ..... | 35        |
| 4.2.7 Análise de conteúdo à questão n.º 1 do Bloco D ..... | 37        |
| 4.2.8 Análise de conteúdo à questão n.º 2 do Bloco D ..... | 38        |
| 4.2.9 Análise de conteúdo à questão n.º 3 do Bloco D ..... | 40        |
| 4.3 Conclusões das Entrevistas .....                       | 41        |
| 4.3.1 Conclusões referentes ao Bloco B de perguntas .....  | 41        |
| 4.3.2 Conclusões referentes ao Bloco C de perguntas .....  | 43        |
| 4.3.3 Conclusões referentes ao Bloco D de perguntas .....  | 44        |
| <br><b>Capítulo 5 - Conclusões e Recomendações .....</b>   | <br>47    |
| 5.1 Conclusões .....                                       | 47        |
| 5.2 Recomendações .....                                    | 50        |
| 5.3 Limitações.....  | 51        |
| <br><b>Bibliografia.....</b>                               | <br>52    |
| <b>Lista de Apêndices .....</b>                            | <b>55</b> |
| <b>Lista de Anexos .....</b>                               | <b>57</b> |

## **Índice de Figuras**

|  |    |
|--|----|
| Figura nº 1 - Arcos de interesse estratégico no EEINC..... | 10 |
| Figura nº 2 - Mapa de São Tomé e Príncipe.....             | 15 |
| Figura nº 3 - Mapa do Arquipélago de Cabo Verde .....      | 16 |
| Figura nº 4 - Mapa da Guiné Bissau.....                    | 17 |

## **Índice de Quadros**

|   |    |
|---|----|
| Quadro nº 1 - Ideias chave à questão 1 do Bloco B ..... | 29 |
| Quadro nº 2 - Ideias chave à questão 2 do Bloco B ..... | 30 |
| Quadro nº 3 - Ideias chave à questão 3 do Bloco B ..... | 32 |
| Quadro nº 4 - Ideias chave à questão 4 do Bloco B ..... | 33 |
| Quadro nº 5 - Ideias chave à questão 1 do Bloco C ..... | 35 |
| Quadro nº 6 - Ideias chave à questão 2 do Bloco C ..... | 36 |
| Quadro nº 7 - Ideias chave à questão 1 do Bloco D ..... | 37 |
| Quadro nº 8 - Ideias chave à questão 2 do Bloco D ..... | 38 |
| Quadro nº 9 - Ideias chave à questão 3 do Bloco D ..... | 40 |
| Quadro nº 10 - Bloco de Perguntas B .....               | 42 |
| Quadro nº 11 - Bloco de Perguntas C .....               | 43 |
| Quadro nº 12 - Bloco de Perguntas D .....               | 45 |

## **Índice de Tabelas**

|  |    |
|--|----|
| Tabela nº 1- Forças constituintes da LCC FRI ..... | 12 |
|--|----|

## **Lista de Apêndices**

|   |   |
|---|---|
| Apêndice A - Guião da Entrevista.....             | 1 |
| Apêndice B - Amostra dos Entrevistados.....       | 5 |
| Apêndice C - Quadros resumo das entrevistas ..... | 7 |

## **Lista de Anexos**

|  |   |
|--|---|
| Anexo A - Quadro Orgânico do 1º BIPara ..... | 1 |
| Anexo B - Categorias de Prontidão .....      | 9 |

## Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

### B

BrigRR                      Brigada de Reacção Rápida

### C

C2                          Comando e Controlo

CEDN                      Conselho Estratégico Defesa Nacional

CEM                        Chefe do Estado-Maior

CEME                      Chefe do Estado-Maior do Exército

CEMGFA                   Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

CFT                        Comando das Forças Terrestres

CNPCE                    Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência

COC                        Centro de Operações Conjunto

CPX                        *Command Post Exercise*

CRO                        *Crisis Response Operations*

CSI                        Comunicações e Sistemas de Informação

### D

DestCIMIC                Destacamento *Civil-Military Cooperation*

DestTm                    Destacamento de Transmissões

DOS                        *Days of Supply*

### E

EEIN                       Espaço Estratégico de Interesse Nacional

EEINC                      Espaço Estratégico Interesse Nacional Conjuntural

EEINP                      Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente

ELIG                       Equipas de Ligação

EM                        Estado-Maior

EMGFA                    Estado-Maior General das Forças Armadas

EqEOD                    Equipas *Explosive Ordnance Disposal*

EqHUMINT                Equipas *Human Intelligence*

|         |  |
|---------|--|
| F       |  |
| FFAA    | Forças Armadas                             |
| FRI     | Força de Reacção Imediata                  |
| I       |  |
| IESM    | Instituto de Estudos Superiores Militares  |
| IRF     | <i>Immediate Reaction Force</i>            |
| L       |  |
| LCC     | <i>Land Component Command</i>              |
| M       |  |
| ModSan  | Modulo Sanitário                           |
| N       |  |
| NBQR    | Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico  |
| NEO     | <i>Non-combatant Evacuation Operations</i> |
| NICT    | Núcleo Inicial da Componente Terrestre     |
| NTM     | <i>Notice to Move</i>                      |
| P       |  |
| PCE     | Planeamento Civil de Emergência            |
| ProtCiv | Proteção Civil                             |
| R       |  |
| ROE     | <i>Rules Of Engagement</i>                 |
| T       |  |
| TIA     | Trabalho de Investigação Aplicada          |
| TN      | Território Nacional                        |
| TO      | Teatro de Operações                        |
| TTP     | Técnicas, Táticas e Procedimentos          |
| U       |  |
| UEC     | Unidade de Escalão Companhia               |

# **Capítulo 1**

## **Introdução do Trabalho**

A Academia Militar enquanto instituição de ensino superior militar desenvolve um leque variado de atividades no âmbito do ensino tendo em vista a formação dos Oficiais do Exército e da Guarda Nacional Republicana (Academia Militar, 2009).

Incorporado na Licenciatura em Ciências Militares- Exército, encontra-se o Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), parte integrante do Estágio de Natureza Profissional do Mestrado Integrado em Ciências Militares, especialidade de Infantaria, na qual se pretende que os alunos exercitem e reforcem as competências correspondentes ao grau de mestre (Academia Militar, 2009).

O presente trabalho, através de uma investigação científica, pretende analisar as capacidades que a FRI<sup>1</sup>, especificamente o NICT, tem para realizar as missões que lhe estão atribuídas, e identificar eventuais, limitações de ordem logística e organizacional da força.

### **1.1 Contextualização da Investigação**

“A emigração é um dos aspectos singulares de uma hipótese de retrato de Portugal.” (Garcia, 2000, p. 11). Encontrar um cidadão com nacionalidade portuguesa nos mais diversos pontos do mundo é algo que não levanta admiração, desde cedo que Portugal se faz representar um pouco por todo o mundo, basta retrocedermos um pouco até à idade dos descobrimentos.

“(…)um Portugal de emigrantes espalhados pelo mundo obriga-nos a valorizar, no conceito da Pátria, a comunidade de valores e destino. Em todos os pontos do mundo onde se fala o português, povos nascidos da nossa História ou comunidades de trabalhadores

---

<sup>1</sup> Força de Reação Imediata.



residentes em outras pátrias atesta a universalidade de um espírito e de uma maneira de ser que nos compete salvaguardar como património comum.” (Ministério da Comunicação Social, 1978).

A situação delicada que Portugal e o povo português atravessam na atualidade leva a que cada vez mais o tema “emigração” esteja presente. Atravessamos um período marcado por alguma indefinição económica, que tem levado a que a busca de oportunidades e um novo começo de vida fora de Portugal volte a estar em voga.

“Em torno dos emigrantes de ontem e em torno dos emigrantes de hoje, que constituíram a diáspora portuguesa, há todo um espaço político fundamental a cuidar nesse enorme desafio de fazer de Portugal um país com capacidade de afirmação” (MNE, 1999), é portanto de todo necessário não só preocuparmo-nos com os benefícios que esta afirmação traz, mas também garantir condições de segurança para que esta afirmação de Portugal e o interesse e bem-estar dos portugueses no mundo continue a prosperar.

O crescente número de cidadãos portugueses a viver ou trabalhar no estrangeiro representa uma situação que carece de um acompanhamento a vários níveis, sendo a segurança um fator de capital importância. Por esta razão, “as Forças Armadas começaram a ser empregues como instrumento produtor de segurança e de desenvolvimento sustentado, passando a ser multidimensionais na forma de fazer a paz e multidisciplinares na forma de ajudar a construir o desenvolvimento pela segurança.” (Bernardino, 2010).

É dever das Forças Armadas no cumprimento da sua missão de defesa dos interesses e do território nacional, contribuir para a proteção dos cidadãos portugueses no estrangeiro sempre que se manifestem ameaças ao seu bem-estar e segurança.

A atualidade mundial cada vez mais assiste e vive a mudança. A permanente alteração dos equilíbrios económicos, sociais e políticos nas várias regiões do globo podem ter como consequências ameaças à integridade dos cidadãos de nacionalidade portuguesa aí residentes.

“Um mundo em que, pela internacionalização das questões de segurança, a proliferação dos conflitos regionais é susceptível de afectar o equilíbrio global” (Leandro, 2005), “o novo ambiente estratégico global afecta, directa e indirectamente, Portugal.” (Assembleia da República, 2003).

“No contexto internacional é expectável que a crise económica, o narcotráfico, a imigração ilegal e o terrorismo continuem a ser preocupações dominantes nos próximos anos” (EMGFA, 2011 a, p. 2).

Cada vez mais assistimos ao eclodir de novas fontes de conflito. Lutas pelo poder e pelo acesso a tecnologia de ponta, a recursos naturais e energéticos são os mais comuns nos dias que correm.

Apesar de não se prever uma situação ameaçadora para Portugal, o quadro internacional atual não pode ser tomado com indiferença.

Os compromissos nacionais e internacionais em que Portugal está envolvido fazem com que seja necessária a preparação de uma capacidade que rapidamente permita dar resposta às contingências que possam surgir diretamente relacionadas com a proteção dos seus interesses e dos seus cidadãos.

Como consequência deste processo de levantamento de cenários, são identificadas situações que, pela ameaça que constituem para os interesses nacionais e dos cidadãos portugueses a residir no estrangeiro, servem de base e são “factor determinante para a definição das missões das Forças Armadas e edificação das capacidades militares nacionais” (EMGFA, 2011 a, p. 3).

A FRI traduz a capacidade de resposta de Portugal perante os seus cidadãos a viver ou a trabalhar no estrangeiro que, por razões conjunturais emergentes nos países hospedeiros onde se encontram, tenham necessidade de receber apoio ou ser evacuados para um local que lhes confira a segurança necessária e a que têm direito. É ao NICT que cabe a tarefa de ser o pioneiro na entrada no território onde se vai desenvolver a missão.

## **1.2 Justificação do tema**

A escolha do tema assenta, por um lado, nos interesses e motivações que a área em estudo causa no autor, por outro, pelo potencial indiscutível e evidente que o mesmo encerra, pela sua atualidade e pertinência como o provam os acontecimentos<sup>2</sup> recentes.

Decorrente deste trabalho de investigação será possível a apresentação de um conjunto de conclusões, propostas e recomendações que possam ser usadas para a correção das limitações identificadas e também sirvam de ponto de partida para ulteriores trabalhos de investigação centrados neste tema ou em temas relacionados com este.

## **1.3 Objeto e Objetivos do Trabalho**

O presente trabalho tem por objeto de estudo o NICT da Força de Reação Imediata.

O desenvolvimento do trabalho segue um processo de investigação onde se pretende analisar a realidade do NICT da Força de Reação Imediata, retirar conclusões e atingir o nosso objetivo através da apresentação de propostas que traduzam soluções adaptadas às capacidades do Exército Português para a resolução dos problemas detetados. Como ponto de partida recorre-se à documentação existente no Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA), no Comando Superior do Exército nomeadamente no Comando das Forças Terrestres e nas unidades da Brigada de Reação Rápida.

## **1.4 Metodologia e Modelo Metodológico**

De acordo com os critérios superiormente estabelecidos, a metodologia a seguir obedece aos critérios de redação do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, definidos pela NEP 520 da Academia Militar, tendo o Manual de Investigação Científica em Ciências Sociais de Quivy e Campenhoudt (2005) e o Guia Prático sobre Metodologia Científica de Sarmento (2008) assumido um papel preponderante na realização do presente trabalho de investigação.

---

<sup>2</sup> Exemplo de acontecimentos recentes na Guiné-Bissau que levaram ao desenvolvimento da Operação “MANATIM” - Abril de 2012.

Todo o processo de exploração e investigação tem em vista a recolha e o tratamento de informações como forma de dar resposta às perguntas derivadas e, consequentemente alcançar uma resposta para a pergunta de partida através da validação ou não das hipóteses formuladas.

Desta forma obteremos mais e melhor conhecimento sobre o problema para assim se poderem apresentar algumas conclusões e outras propostas ou recomendações adequadas à realidade nacional.

O trabalho, dividido essencialmente em duas partes distintas, apresenta-se estruturado de uma forma sequencial seguindo uma lógica cronológica.

Iniciando com uma contextualização procuramos conhecer o porquê da criação de uma força que traduz a capacidade de resposta de Portugal perante uma situação de crise ou ameaça à diáspora portuguesa presente um pouco por todo o mundo. De seguida, com uma componente de carácter prático, procura-se analisar, tratar e interpretar os dados recolhidos, complementando-os com conceções baseadas em factos e opinião pessoal do autor com base nos conhecimentos adquiridos.

Para a contextualização, a metodologia guia-nos para a pesquisa e análise bibliográfica de documentos, diretivas, artigos de jornais e revistas e trabalhos já elaborados relativos ao objeto de estudo.

Na componente prática, recorre-se ao método de inquéritos por entrevista, a uma análise qualitativa que permite tecer conclusões credíveis sobre a realidade da temática em estudo baseadas em testemunhos de personalidades com experiência nesta área.

## **1.5 Pergunta de Partida**

Para dar início ao trabalho de investigação, há que definir uma estratégia que procure responder o mais adequado possível ao que se pretende saber. A pergunta de partida é isso mesmo, um fio condutor, que se revele como orientador ao longo do estudo da temática em questão, numa tentativa de dar uma resposta o mais credível possível ao que o investigador procura saber e compreender (Quivy & Campenhoudt, 2005).

Para melhor estudar a dimensão que pretendemos analisar, o NICT da FRI, estabeleceu-se a seguinte pergunta de partida:

**Estará o Núcleo Inicial da Componente Terrestre da FRI apto a cumprir as missões que lhe estão atribuídas?**

## **1.6 Perguntas Derivadas**

Decorrente da pergunta de partida, surgem desde logo outras questões relacionadas com o tema em questão - as perguntas derivadas. Estas têm por objetivo contribuir com elementos de informação pertinentes inerentes também ao tema de estudo. As respostas encontradas para as perguntas derivadas contribuem decisivamente para a elaboração da resposta final satisfazendo a pergunta de partida.

As perguntas derivadas apresentadas para este trabalho são as seguintes:

- **Quais as possibilidades e limitações do Núcleo Inicial da Componente Terrestre da FRI?**
- **Os recursos humanos e materiais colocados à disposição do Núcleo Inicial da Componente Terrestre satisfazem as necessidades de formação e treino?**
- **Que tipos de treino executa, algum em particular?**

## **1.7 Hipóteses**

Por forma a dar respostas às questões que nos propomos desenvolver e tendo por objetivo apresentar uma solução o mais credível para as questões levantadas, foram formuladas as seguintes hipóteses:

**H1- A força está apta a cumprir as missões atribuídas para um período de tempo reduzido e com características próprias de um ambiente operacional incerto;**

**H2- As limitações apresentadas pelo Núcleo Inicial Da Componente Terrestre da FRI não comprometem o cumprimento das tarefas atribuídas;**

**H3- Os condicionalismos não impedem a condução do treino e formação adequados às missões atribuídas;**

#### **H4- Uma estrutura orgânica de material sempre à disposição da força é uma mais-valia para a proficiência da mesma.**

### **1.8 Estrutura do Trabalho**

O Trabalho de Investigação Aplicada aqui desenvolvido obedece aos parâmetros enquadrantes<sup>3</sup> superiormente definidos pela Academia Militar.

O presente trabalho, apresenta-se distribuído por cinco capítulos e subdivide-se em duas partes fundamentais.

Inicialmente é apresentado o Capítulo 1 reservado à introdução do trabalho, onde se pretende dar a conhecer o porquê da criação de uma força que traduz a capacidade de resposta de Portugal perante uma situação de crise ou ameaça à diáspora portuguesa presente um pouco por todo o mundo.

A Parte I é dedicada ao Enquadramento Teórico, contempla o Capítulo 2 destinado à revisão da literatura, onde se pretende fazer um levantamento de informação relativa à temática de estudo em questão.

A Parte II orientada para o Trabalho de Campo é constituída por dois capítulos. O Capítulo 3- Metodologia e Procedimentos, pretende dar a conhecer a forma como foi desenhada a metodologia de investigação para este trabalho bem como outros procedimentos, métodos e técnicas que contribuíram para a elaboração do mesmo. O outro Capítulo, Capítulo 4- Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados, contém a componente prática deste trabalho de investigação, que compreende a recolha dos dados e apresentação dos mesmos, a análise para interpretação dos mesmos e contributos daí extraídos para fundamentar conclusões e possíveis recomendações.

Por fim, mas não menos importante, surge o Capítulo 5 – Conclusões e Recomendações. Trata-se de um capítulo dedicado ao cruzamento da informação recolhida na componente teórica com os resultados obtidos na componente prática. Esta interseção permitiu elaborar reflexões que serviram de fundamento para o corpo de respostas às questões levantadas e verificação de hipóteses formuladas, contributo fundamental para a resposta à pergunta de partida, fio condutor do trabalho.

---

<sup>3</sup> NEP 520 de 30 Junho de 2011 Academia Militar.

# **Parte I**

## **Enquadramento Teórico**

### **Capítulo 2**

#### **Revisão de Literatura**

##### **2.1 Enquadramento**

A cena internacional caracteriza-se atualmente por ser um ambiente de novas oportunidades onde a cooperação entre os atores permite uma maior aproximação e relacionamento mútuo. Contudo, por se caracterizar por um período de transformações constantes, os estados devem estar atentos às alterações que podem acarretar por vezes focos de instabilidade e de imprevisibilidade no seu bem-estar e segurança. (Assembleia da República, 2003).

“O sistema político internacional vem assistindo a uma mudança marcada pelo aparecimento de conflitos e tensões intra-estatais e para-estatais, resultantes de diferenças religiosas, económicas, étnicas e nacionalistas. Estes conflitos podem não ser resultantes de diferenças entre estados, mas sim de diferenças que existam dentro dos próprios estados, em que a conflitualidade seja demarcada por um ambiente em que haja atrito entre as partes em conflito, sem ser especificamente militar, podendo abranger um leque variado de acções nefastas entre as partes, sem terem objetivos bem definidos.” (Santos, 2009, p. 5)

A ideia de que todo o tipo de ameaças e riscos podiam estar bem identificados e definidos tende a desaparecer, uma vez que a constante mudança a que o mundo está sujeito não permite estabilidade, não dá garantias de que o que hoje é certo, no futuro se mantenha imutável. A mudança a este nível conduz obrigatoriamente à instabilidade criada pelos novos tipos de ameaça e riscos (Garcia F. P., 2003)

A necessidade de adaptação a estes novos cenários é inquestionável e Portugal deve perseguir a finalidade de garantir segurança e o bem-estar dos seus cidadãos, repensando e adequando conceitos e instrumentos de segurança e defesa (Assembleia da República, 2003).

Apesar de não ser provável uma ameaça convencional a Portugal, tal não pode ser ignorada, e deve ser tida em conta na definição das missões das Forças Armadas (FFAA) e na edificação de respostas adequadas aos interesses nacionais (EMGFA, 2011 a).

A Lei de Defesa Nacional (Assembleia da República, 2009) é bem explícita no artigo 2.º com o preconizado nos seguintes pontos: 1-“A República Portuguesa defende os interesses nacionais por todos os meios legítimos, dentro e fora do seu território, das zonas marítimas sob soberania ou jurisdição nacional e do espaço aéreo sob sua responsabilidade.”; 2- “A salvaguarda da vida e dos interesses dos Portugueses constitui também interesse nacional que o Estado defende num quadro autónomo ou multinacional.”

Ao abrigo do artigo 14.º Portugueses no estrangeiro, da Constituição da República Portuguesa é definido que “os cidadãos que se encontrem ou residam no estrangeiro gozam da proteção do Estado para o exercício dos direitos...” (CRP, 2007, p. 12)

Interessa também mencionar os aspetos preconizados pelo Conceito Estratégico de Defesa Nacional em relação aos valores da defesa nacional. “A coesão da sociedade portuguesa implica também, a valorização das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. É importante o reforço dos laços com os países de acolhimento das nossas comunidades emigrantes. (...) Em defesa da coesão nacional, o Estado, através dos meios políticos, diplomáticos e, se necessário, militares, deverá preparar-se para poder defender as vidas e os interesses dos Portugueses, em qualquer momento, onde quer que se encontrem, no respeito pela direito internacional.” (Assembleia da República, 2003, p. 283).

De acordo com as prioridades de ação estratégica militar elencadas na Directiva nº 005/CEMGFA/11, está definido que Portugal deve “Manter como prioridade absoluta a capacidade nacional de executar operações conjuntas ou de forma autónoma no Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente ou Conjuntural (EEINP/EEINC)” (EMGFA, 2011 a, p. 8).

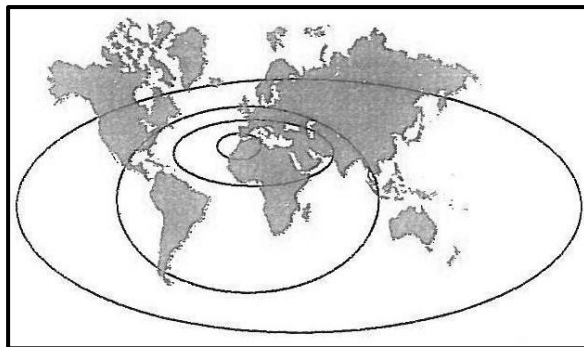
Da Diretiva Operacional N.º003/CEMGA/12 extraímos que, “No quadro do Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural, definido ao abrigo do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), sobressai a necessidade de ser mantida uma atenção próxima a áreas consideradas prioritárias, particularmente onde existem fortes comunidades de



cidadãos portugueses e em que a instabilidade política, económica e social seja uma realidade” (EMGFA, 2012, p. 2).

De acordo com os possíveis cenários de envolvimento e empenhamentos das nossas FFAA, houve necessidade de criar uma força conjunta com capacidade de projeção estratégica, para intervir em prol dos interesses nacionais no cumprimento de missões humanitárias ou Operação de Evacuação de Não-combatentes (NEO) (EMGFA, 2011 a).

A figura n.º1 representa os raios de ação numa ordem de prioridades de intervenção.



**Figura nº 1 - Arcos de interesse estratégico no EEINC**

Fonte: (EMGFA, 2011 a)

“A Força de Reacção Imediata (FRI) será neste âmbito o fulcro para a preparação das nossas forças embora condicionada ao espectro de missões que pode executar.” (EMGFA, 2011 a, p. 8).

## **2.2 Força de Reação Imediata (FRI)**

### **2.2.1 Génese**

Cumprindo com as diretivas preconizadas pelo Governo<sup>4</sup>, as FFAA devem participar ativamente na edificação de uma capacidade de resposta rápida e capaz de intervir ao nível das mais variadas exigências, quer estas se manifestem em território nacional ou fora deste, sempre que em causa esteja a segurança dos cidadãos portugueses.

A ativação por várias vezes do Plano Regresso<sup>5</sup> durante a década de 90 do século XX, que conduziram a ações desenvolvidas por Portugal no apoio concreto a cidadãos nacionais em África<sup>6</sup>, revelou-se fundamental ao nível de lições aprendidas e levantamento de necessidades (Gomes, Fernandes, Santos, & Afonso, 2011).

“Tornava-se necessária uma estrutura das forças planeada com base em capacidades, cuja agregação fosse flexível e modular, permitindo uma melhor resposta a ameaças dispersas, difusas e de dimensão variável.”(Gomes, Fernandes, Santos, & Afonso, 2011, p. 4).

Pela necessidade de constituição de uma FRI, com capacidade de projeção, para a execução de missões de acordo com a satisfação dos interesses nacionais o EMGFA emitiu a Diretiva n.º05/CEMGFA/2001.

### **2.2.2 Conceito da Força**

De acordo com o preconizado pela Diretiva Operacional N.º03/CEMGFA/12, uma força desta natureza, vocacionada para o cumprimento de missões no Espaço Estratégico de Interesse Nacional (EEIN), deve caracterizar-se por elevada prontidão, flexibilidade, capacidade de projeção e sustentação.

O conceito da força assenta numa Força Nacional Conjunta e certificada, com disponibilidade permanente e elevado grau de prontidão, mobilidade, flexibilidade e provida de capacidades diversas ajustáveis à missão. Uma força essencialmente

---

<sup>4</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º6/03, de 20 de Dezembro.

<sup>5</sup> O Plano Regresso constitui um “Plano Geral de Apoio aos Elementos das Comunidades Portuguesas” que, por motivo de situações anómalas nos países onde residem, tenham de regressar a Portugal num curto espaço de tempo ou tenham de ser evacuadas desses países. (CNPCE, 1994).

<sup>6</sup> Zaire 1997 e Guiné-Bissau 1998.

vocacionada para missões de âmbito nacional e de curta duração, aproximadamente 30 dias. (EMGFA, 2012)

A FRI é efetivamente uma força orientada para intervenções de curta duração, com o objetivo de evacuar cidadãos nacionais em áreas de tensão ou crise, contudo serve também para treinar doutrinas e procedimentos enquanto força conjunta colaborando para uma melhor interoperabilidade dos diferentes ramos<sup>7</sup> das Forças Armadas. A ativação da força desenvolve-se com a Diretiva Operacional do CEMGFA, de acordo com a Diretiva Iniciadora elaborada pelo Governo (EMGFA, 2012).

### 2.2.3 O Núcleo Inicial da Componente Terrestre da Força de Reação Imediata

O Núcleo Inicial da FRI é constituído por quatro componentes, a Componente Naval, Terrestre, Aérea e de Operações Especiais.

No âmbito do apoio à política externa, encontra-se definida como missão específica das Forças Armadas: “Proteger e evacuar cidadãos nacionais em áreas de tensão ou crise.” (1º BIPara, 2011 a). Assim, no que diz respeito à Componente Terrestre, o comando do Exército decidiu atribuir, através da DIRETIVA Nº05/CFT/11 do Comando das Forças Terrestres, à Brigada de Reação Rápida (BrigRR) “a missão de constituir uma Força para integrar a FRI.” (ver tabela 1).

**Tabela nº 1- Forças constituintes da LCC FRI**

| Componente Terrestre da FRI                    | Efetivos<br>(Máximos) |
|--|-----------------------|
| Comando da Unidade de Escalão Batalhão (UEB)   | 20                    |
| Unidade de Escalão Companhia (UEC)             | 140                   |
| Uma equipa Explosive Ordnance Disposal (EqEOD) | 4                     |
| Destacamento de Transmissões                   | 7                     |
| Equipa Tática CIMIC                            | 2                     |
| Módulo Sanitário                               | 6                     |

Fonte: Adaptado de (EME, 2012)

<sup>7</sup> Marinha, Exército, Força Aérea.

Para responder a este pedido, a BrigRR através da “DIRECTIVA Nº2/BRIGRR/11” atribuiu a missão ao 1º Batalhão Infantaria Paraquedista<sup>8</sup> (1BIPARA) a missão de se constituir como componente terrestre da Força de Reação Imediata (LCC/FRI).

A Componente Terrestre é deste modo garantida pelo 1BIPara, com o seu Comando, Estado-Maior (EM) uma das companhias de paraquedistas que o constituem, reforçado por uma Equipa Explosive Ordnance Disposal (EqEOD), um Destacamento de Transmissões (DestTm), uma Equipa Tática CIMIC e um Módulo Sanitário (ModSan), deve ainda manter uma Unidade de Escalão Companhia (UEC) pronta a reforçar a estrutura da LCC/FRI (CFT, 2012).

De acordo com a Diretiva Nº13/CFT/12 como missões de possível de emprego para esta força temos:

- “Proteção e evacuação de cidadãos nacionais em áreas de tensão ou crise no EEIN” (CFT, 2012, p. 9);
- “Participar, em defesa dos interesses nacionais, em operações de apoio a missões de assistência Humanitária” (CFT, 2012, p. 9);
- “Participar, em defesa dos interesses nacionais, em operações de assistência humanitária no EEIN” (CFT, 2012, p. 9);
- “Exercer as funções atribuídas às Forças Armadas (FFAA) em caso de acidente grave, catástrofe e calamidade em Território Nacional (TN), em colaboração com o Planeamento Civil de Emergência (PCE) e com a Proteção Civil (ProtCiv)” (CFT, 2012, p. 9).

De acordo com o preconizado na Diretiva n.º02/BrigRR/11, é intenção do comandante atribuir ao Núcleo Inicial da LCC FRI, as capacidades e valências necessárias às missões a cumprir, colocando ao dispor do Comandante da FRI uma Força, com elevadas capacidades de planeamento e execução de uma operação de evacuação de cidadãos nacionais (BrigRR, 2011).

O processo passa por garantir a organização e aprontamento da força, dotá-la com um conjunto de capacidades e valências, das quais se destacam a possibilidade de inserção vertical por meio de paraquedas, que lhe permitam atingir os padrões de prontidão superiormente definidos (BrigRR, 2011).

Deste modo e cumprindo com as diretivas superiores o 1BIPara/LCC/FRI cumpriu a fase de aprontamento no período compreendido entre o mês de Setembro e Outubro de

---

<sup>8</sup> Ver anexo A - Quadro Orgânico do 1º BIPara.

2011 e mantém o estado de prontidão em categoria 2 (5 dias NTM)<sup>9</sup> durante o período de Standby a partir de Novembro pelo período de um ano, preparado para participar em operações de evacuação de cidadãos nacionais e missões de apoio a assistência humanitária (1ºBIPara, 2012 a).

O 1ºBIPara/LCC/FRI em conformidade com o estabelecido nas diretivas superiores direciona o seu esforço para o desenvolvimento de atividades que garantam os requisitos de preparação e treino operacional necessários para satisfazer um conjunto de valências e capacidades imprescindíveis ao cabal cumprimento da missão (1ºBIPara, 2012 a).

Do leque de capacidades e valências que esta força deve desenvolver, destacam-se: a projeção aérea, como forma rápida para a condução de operações de evacuação de cidadãos nacionais fora do território nacional; operação de Centro de Controlo de Evacuados; estabelecimento de uma cabeça-de-ponte aérea fundamental para a entrada inicial de forças; operações de combate em contexto urbano e operações de controlo de tumultos (1ºBIPara, 2012 a).

### **2.3 Cenários prováveis de emprego**

Pretende-se com este subcapítulo dar a conhecer alguns dos cenários hipotéticos de emprego onde possa ser necessária a intervenção da FRI.

“Tendo em conta a existência de fortes comunidades portuguesas em países do continente africano, deve a Força orientar o seu treino assumindo prioritariamente as características de eventuais Teatros de Operações (TO) naquele continente.” (BrigRR, 2011, p. 3).

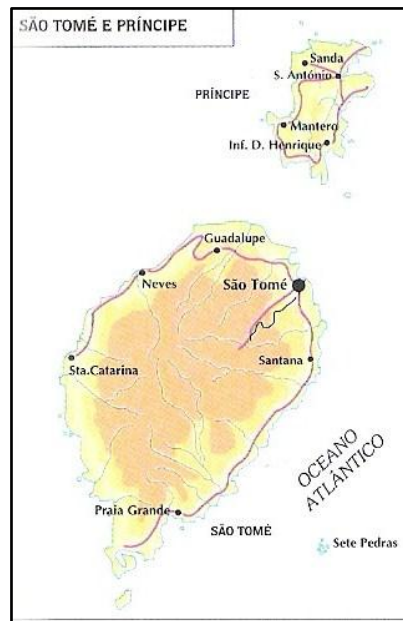
De acordo com os estudos e trabalhos desenvolvidos pelo G2/da BrigRR<sup>10</sup> é elencado um conjunto de cenários hipotéticos para intervenção da FRI (BrigRR, 2012).

---

<sup>9</sup> Ver anexo B - Categorias de Prontidão.

<sup>10</sup> G2/da BrigRR - Esta célula diz respeito às informações, e tem entre outras a responsabilidade de efetuar o Estudo do Campo de Batalha (EME, 2005).

### 2.3.1 Cenário 1 – São Tomé e Príncipe



**Figura nº 2 - Mapa de São Tomé e Príncipe**

Fonte: Adaptado de Circulo de Leitores, 1994

São Tomé e Príncipe é um país com características tropicais localizado no golfo da Guiné, na costa ocidental do continente africano, entre os 0° e os 2° de latitude norte e os 6° 30' e os 7° 30' de longitude oeste de Greenwich. Composto por duas ilhas principais, a ilha de São Tomé, onde se situa a capital do país São Tomé e a ilha de Príncipe, o território apresenta ainda um conjunto de ilhéus desabitados (Circulo de Leitores, 1994).

O estudo elaborado pelo G2/BrigRR para este cenário apresenta como principal razão para uma possível intervenção da FRI a probabilidade de ocorrência de catástrofes naturais.

A possível intervenção tem por finalidade “Projeção de uma força num curto espaço de tempo, para auxiliar na manutenção da ordem pública, efetuar a segurança a um aeródromo e facilitar a chegada de ajuda internacional.” (BrigRR, 2012, p. 6)

Se a situação no país se agravar ao ponto de as autoridades locais não conseguirem controlar a mesma, e as condições de segurança não garantirem condições para permanência dos cidadãos portugueses está previsto o “Envio de uma força para efetuar uma NEO” (BrigRR, 2012, p. 6)

### 2.3.2 Cenário 2 – Cabo Verde



**Figura nº 3 - Mapa do Arquipélago de Cabo Verde**

Fonte: Adaptado de Circulo de Leitores, 1994

Cabo Verde é um país insular localizado entre os 14° e os 17° de latitude norte e os 22° e 35° de longitude a oeste de Greenwich.

O arquipélago de Cabo Verde localiza-se em plena zona tropical oceano atlântico, acerca de 450km do continente africano.

É composto por 10 ilhas, nove das quais são habitadas, a capital do país é a cidade de Praia, localizado na ilha de Santiago (Circulo de Leitores, 1994).

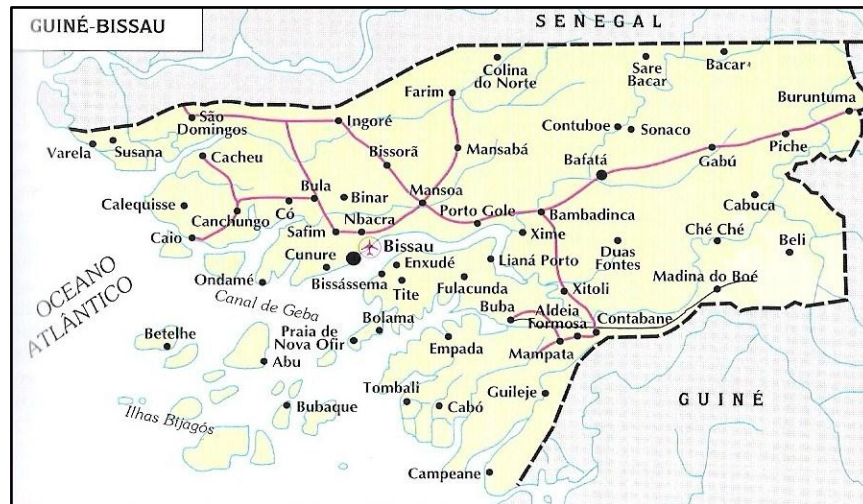
De acordo com o estudo elaborado pelo G2/BrigRR para este cenário, a principal razão de intervenção da FRI é a probabilidade de ocorrência de catástrofes naturais (BrigRR, 2012).

A possível ocorrência de tempestades tropicais, inundações que levem à destruição de infraestruturas e a insuficiência de meios para acudir a estas situações podem levar à ativação de um pedido de ajuda à comunidade internacional e, em especial a Portugal. Posto isto, está preparado o “Envio de uma força num curto espaço de tempo, para auxiliar na manutenção da ordem pública, efetuar a segurança a um aeródromo e facilitar a chegada de ajuda internacional.” (BrigRR, 2012, p. 8).

Se decorrente do previsto no parágrafo anterior a situação no país se agravar para altos níveis de instabilidade política e social, e os cidadãos estrangeiros a residir no

território não reunirem condições para aí permanecer, está previsto o recurso a “uma força de elevado nível de prontidão, com capacidade de efetuar uma NEO.” (BrigRR, 2012, p. 9).

### 2.3.3 Cenário 3 – Guiné Bissau



**Figura nº 4 - Mapa da Guiné Bissau**

Fonte: Adaptado de Circulo de Leitores, 1994

A Guiné-Bissau é um pequeno país da costa ocidental de África, localizado entre os 11° e os 12° de latitude norte e os 13° e os 16° de longitude oeste de Greenwich. A cidade de Bissau é a capital do país. Confinha a norte com o Senegal, a este e sudeste com a Guiné-Conacri, e a oeste e sudoeste com o Oceano Atlântico. Apresenta uma parte insular, o arquipélago de Bijagós, constituído por cerca de 40 ilhas e pequenos ilhéus (Círculo de Leitores, 1994).

A Guiné Bissau apresenta-se como um país que carece de observação mais próxima e cuidada, dada a constante instabilidade política que o caracteriza.

Uma possível intervenção da FRI num cenário desta natureza pode desenvolver-se por razões diversas. Catástrofes naturais e situações extremas de instabilidade política e social poderão levar a que o governo guineense solicite “(...)com urgência ajuda da comunidade internacional em geral, e a Portugal em particular.” (BrigRR, 2012, p. 10).



Se a situação no território guineense for marcada por emergências provocadas por catástrofes naturais, está previsto o empenhamento da FRI em auxílio de controlo de áreas críticas e criação de condições para ajuda internacional, podendo ocorrer evacuação de não combatentes.

Se o cenário for de instabilidade política e social extrema, em que, a segurança dos cidadãos portugueses se encontra ameaçada, está prevista a “Projeção de uma força num curto espaço de tempo, com capacidade de efetuar uma NEO num ambiente inicialmente permissivo, que gradualmente e num curto espaço temporal(...)”(BrigRR, 2012, p. 11) se transforma em incerto ou hostil.

Por fim, se o ambiente que se vive neste território for a conciliação do descrito nos cenários acima referidos e com possibilidade de ocorrer um Golpe Militar, estamos perante o pior cenário para este território. Em resposta a esta situação, deverá estar preparada a entrar em cena “(...) uma força num curto espaço de tempo, com capacidade de efetuar uma NEO num ambiente inicialmente incerto, que (...)”(BrigRR, 2012, p. 11) num curto espaço temporal se converte em hostil.

## 2.4 Ambiente Operacional

De acordo com o estabelecido no Manual de Operações de Evacuação de Não-Combatentes, no desenrolar de uma operação NEO o ambiente operacional do cenário onde se dá a intervenção é marcado por uma imprevisibilidade e insegurança bastante considerável (IESM, 2003).

“O total conhecimento do atual ambiente operacional em que decorrem as campanhas militares constitui um elemento fundamental para o emprego dos meios disponíveis. A sua análise e estudo devem constituir uma preocupação permanente dos líderes políticos e militares, sob pena de se reduzirem drasticamente as possibilidades de êxito, independentemente das capacidades e do potencial das forças empenhadas.” (IESM, 2010, p. 7).

“O atual ambiente operacional é caracterizado por um conjunto de condições, circunstâncias e fatores influenciadores que afetam o emprego de forças militares e influenciam as decisões do comandante.” (IESM, 2010, p. 7).

“ A FRI para além de estar vocacionada para intervenções de curta duração com a finalidade de assegurar a evacuação de cidadãos nacionais em áreas de tensão ou crise,

pode também ser chamada a executar missões de apoio e Assistência Humanitária.” (BrigRR, 2011, p. 2). Tendo em conta o foco de operações para o qual esta força está constituída e organizada, esta deve estar pronta a intervir em qualquer situação, independentemente de como se caracterize o ambiente operacional: permissivo, incerto ou hostil (BrigRR, 2011).

Os possíveis ambientes na condução de operações NEO para o qual o NICT da FRI está vocacionado são o ambiente permissivo, incerto e hostil.

O ambiente permissivo por norma é o ambiente típico que a força pode encontrar quando a razão da sua intervenção é um desastre natural ou mesmo alguma desordem ao nível civil. Neste caso a força dispõe de consentimento do Governo local para a condução das operações (EME, 2005).

Não estando prevista resistência à ação da força, não se pode, contudo, ignorar a possibilidade de ocorrência de situações que possam ameaçar ou mesmo comprometer a atuação ou integridade da força. São disto exemplos ações de caráter ofensivo levadas a cabo por elementos armados ou por grupos rebeldes organizados (EME, 2005).

O ambiente incerto pode-se apresentar no decorrer do agravamento do ambiente anteriormente definido, um ambiente de instabilidade e insegurança provocado por insurreições armadas e que está na origem da evacuação de cidadãos não-combatentes. O Governo local tem controlo sobre a maioria das suas forças armadas e de segurança do país, não interfere à partida na execução da operação pois os seus apoios perante uma situação como esta são mais escassos. É desejável que a força que vai intervir neste teatro de operações acompanhe de perto o desenrolar dos acontecimentos, preparando-se da melhor forma para uma intervenção em ambiente incerto tendo acautelada a escalada para um ambiente hostil (EME, 2005).

O ambiente hostil é um ambiente de instabilidade e insegurança no qual a probabilidade de ações de combate é bastante elevada (EME, 2005).

Em circunstâncias destas, as entidades de defesa do país não detêm controlo sobre a situação, podendo mesmo revelar-se opositoras à nossa força. O mesmo pode acontecer com o Governo local. Neste sentido, a força que se prevê empenhar num cenário destes, deve estar muito bem preparada para atuar num ambiente de elevada incerteza (EME, 2005).

## 2.5 Os Treinos

A melhor forma para se poder estudar a operacionalidade de uma força deste tipo é a realização de treinos que, simulando a realidade, permitam a identificação e colmatação de falhas, a agilização de processos com vista a garantir a maior proficiência no desempenho das funções dos indivíduos que fazem parte da mesma.

Relativamente aos treinos, estes podem ser, individuais, coletivos e de aperfeiçoamento operacional (CID, 2004).

A evolução da prontidão operacional tem início com o treino individual com intuito de incrementar a formação e os níveis de proficiência, numa fase posterior desenvolve-se o treino coletivo, onde uma força já constituída desenvolve atividades tendo em vista a homogeneidade de táticas, técnicas e procedimentos da força, maximizando as suas capacidades operacionais e melhorando consequentemente o seu desempenho quando empregue.

O treino de aperfeiçoamento operacional distingue-se dos anteriores, na medida em que se pretende “atualizar, consolidar aperfeiçoar e desenvolver capacidades específicas para uma missão” (CID, 2004, p. 61) de acordo com o tipo de operação, TO e níveis de ameaça previstos.

Segundo a Diretiva N.º02 da BrigRR, são evidenciados aspetos a considerar relativamente ao treino de uma força desta natureza, “Face à natureza conjunta da Força, torna-se imperativo o treino de procedimentos inter-componentes, de modo a incrementar a interoperabilidade entre Forças e Unidades dos três Ramos das Forças Armadas;” (BrigRR, 2011, p. 2).

De acordo com o referenciado na Diretiva N.º 13 do CFT, o treino operacional das forças da FRI deve ser orientado para a execução de missões de apoio e Assistência Humanitária, bem como, para as NEO. Considerando a forte presença portuguesa no continente africano, o treino deve ser orientado segundo as características de cenários de emprego desse continente (CFT, 2012).

### 2.5.1 Exercício “DIÁSPORA”

O exercício “DIÁSPORA” é um exercício de validação de nível Pelotão correspondente à avaliação das subunidades da LCC/FRI que pertencem ao 1ºBIPara.” (1ºBIPara, 2011 b)

O planeamento e execução é da responsabilidade do 1ºBIPara.

Semelhante ao Exercício “ZEUS”, o Exercício “DIÁSPORA” tem por finalidade o treino de Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP), relacionadas com operações NEO e ajuda humanitária (1ºBIPara, 2011 b).

A execução deste exercício constitui-se como um elevado contributo para “ o elevado profissionalismo, prontidão e capacidade dos seus militares para a execução de missões deste tipo.” (1ºBIPara, 2011 b).

### 2.5.2 Exercício “ZEUS”

O Exercício “ZEUS” é o exercício setorial do 1ºBIPara que em 2012, foi “(...) desenhado para treinar as táticas, técnicas e procedimentos relacionados com o estabelecimento de uma cabeça-de-ponte aérea e com as Operações de Evacuação de Não Combatentes.” (1º BIPara, 2012 b, pp. 1-2). O planeamento e execução deste exercício é da responsabilidade do 1ºBIPara/LCCFRI.

Este exercício assume-se como um treino de extrema importância, na medida em que permite desenvolver uma situação que simula a ativação da LCC/FRI tendo em vista a sua projeção para um “ (...) país fictício com vista a garantir um ponto de entrada seguro das forças de seguimento bem como a capacidade nacional de proteção e evacuação de cidadãos nacionais.” (1º BIPara, 2012 b, p. 2). Consequentemente permite uma avaliação do cumprimento das metas traçadas sectorialmente ao 1ºBIPara na condução de operações como Componente Terrestre da FRI, tendo em vista a sua participação no Exercício APOLO, da Brigada de Reação Rápida.

O objetivo primário passa por desenvolver as capacidades de planeamento e execução de tarefas com vista ao estabelecimento de uma cabeça-de-ponte aérea e de uma NEO.

Como objetivo secundário procura-se exercitar e desenvolver proficiência das subunidades do Batalhão nas TTP com especial ênfase na capacidade de comando e controlo dos comandantes e na coordenação e interligação entre as mesmas.

### 2.5.3 Exercício “LUSÍADA”

O Exercício “LUSÍADA” é o exercício que apresenta maior dimensão no conjunto de treinos apresentados. “É um exercício LIVEX (live exercise), que envolve o Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), através do Centro de Operações Conjunto (COC), e conta com Forças Navais, Terrestres e Aéreas. O Lusíada é um exercício, no âmbito da preparação das Forças Armadas para o cumprimento das missões específicas de apoio à política externa, nomeadamente a proteção e evacuação de cidadãos nacionais em áreas de tensão ou crise.” (EMGFA, n.d.).

“O Exercício Lusíada enquanto treino conjunto e tendo em vista exercitar os meios da FRI e outros meios atribuídos pelos Ramos tem por objetivo principal, aperfeiçoar o aprontamento, a interoperabilidade dos meios e das forças e respetivos Estados-Maiores (...)” (Paulo, 2009).

De acordo com EMGFA, “O Lusíada é uma operação de Assistência Humanitária e uma Operação de Evacuação de Não-Combatentes (NEO)(...)”, de onde podemos destacar entre outras as seguintes finalidades (EMGFA, 2011 b):

- “Avaliar um modelo de organização do Comando Operacional Conjunto (COC), no âmbito do planeamento e condução de missões atribuídas à FRI” (EMGFA, 2011 b);
- “Promover o treino da FRI (Comando, Estado-Maior e unidades) no planeamento e execução de missões de Evacuação de não combatentes e de Assistência Humanitária” (EMGFA, 2011 b);
- “Promover o treino da Equipa de Ligação (ELIG)” (EMGFA, 2011 b);
- “Treinar e avaliar a capacidade CSI do EMGFA para o exercício de Comando e Controlo da FRI” (EMGFA, 2011 b);
- “Treinar o suporte legal e implementação de ROE’s na condução da operação” (EMGFA, 2011 b).

## **Parte II**

### **Trabalho de Campo**

#### **Capítulo 3**

##### **Metodologia e Procedimentos**

###### **3.1 Introdução**

A primeira parte do trabalho abordou e deu a conhecer o conjunto de informações relativas ao NICT da FRI, nomeadamente, conceitos, capacidades, limitações, treinos e missões, com o objetivo de proporcionar um conhecimento mais completo do tema em questão. É chegada a altura então, de se avançar para a segunda parte deste trabalho que tem por base o Trabalho de Campo com a finalidade de concretizar os objetivos até aqui definidos.

A segunda parte deste trabalho tem por objetivo abordar a metodologia e procedimentos metodológicos que conduziram à elaboração do mesmo, bem como os métodos e as técnicas utilizadas na recolha e análise de dados.

###### **3.2 Metodologia**

Inerente ao trabalho realizado, destacando o seu cariz de investigação há inevitavelmente necessidade de recorrer a um leque de procedimentos e técnicas, presentes num modelo metodológico que conduz o processo de investigação. Segundo Gil (1999, p. 26) “o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” deve sustentar todo o processo de investigação. Fontaine (1999) completa este raciocínio referindo que, “ o investigador determina os métodos que utilizará para obter as respostas às questões de investigação ou às hipóteses formuladas” (1999, p. 40). É desta forma que todas as fases que constituem

este trabalho se interligam de forma lógica e sequencial e concorrem para a concretização dos objetivos definidos.

Segundo o mesmo autor (Fontaine, 1999, p. 40), “ o desenho da investigação é o plano lógico elaborado e utilizado pelo investigador (...) ”, neste sentido desenhámos um modelo metodológico para a realização deste trabalho.

Pretendemos estudar uma dimensão introduzida por uma questão de partida, contudo dada a amplitude dessa dimensão há necessidade de, estudar, investigar outros assuntos derivados da dimensão geral.

Criaram-se nesse sentido as perguntas derivadas. A resposta a cada uma constitui um contributo fundamental para a resposta à pergunta de partida.

O trabalho aqui elaborado assenta num estudo em que, caracterizando-se por ser observacional e do tipo descritivo, o investigador preocupa-se pela busca do conhecimento e interpretação de factos sem tomar parte deles ou alterar a origem, razão dos mesmos, visando uma descrição do objeto em estudo com recurso a técnicas próprias para a recolha de dados (Reis, 2010).

O investigador preocupa-se em observar e recolher a informação das fontes que consulta tendo por objetivo dar forma e sustentar um retrato preciso do objeto em estudo. Estão assim reunidas as condições para responder às perguntas derivadas e consequentemente à pergunta de partida.

Na realização de um trabalho de investigação podemos recorrer a mais do que um método para desenhar uma resposta à pergunta de partida da investigação (Sarmiento, 2008).

No presente trabalho utilizámos dois métodos: o método de observação direta - onde nos foi proporcionada a participação em treinos e exercícios da FRI, como observador; o método indireto - efetuado através de entrevistas e pesquisas bibliográficas.

Parte considerável da investigação foi desenvolvida no Regimento de Infantaria nº15, onde nos foram facultadas as melhores condições para a elaboração deste trabalho.

Utilizámos métodos qualitativos e as técnicas de investigação mais utilizadas foram as pesquisas bibliográficas e entrevistas semiformais ou semiestruturadas.

### 3.3 Procedimentos e Técnicas

A escolha e definição da temática desenvolvida neste trabalho de investigação, iniciou-se com o quebrar do gelo, com a procura do conhecimento credível sobre o assunto, pondo de parte falsas ideias e possíveis intuições que nos criam uma percepção errada sobre a realidade que estamos a pensar estudar (Quivy & Campenhoudt, 2005).

Cumpre-se então assim uma ação que Quivy e Campenhoudt (2005), descrevem como rutura, onde é necessário “ (...) romper com os preconceitos e falsas evidências, que somente nos dão a ilusão de compreendermos as coisas (...) ” (2005, p. 26).

A etapa anteriormente mencionada foi ultrapassada essencialmente com auxílio de conversas informais com entidades militares envolvidas na área da temática em questão.

Definido o tema inicia-se a procura pelo saber, que encetou com uma pesquisa bibliográfica em busca de informação. Foram tratados dados secundários e primários. Relativamente a dados secundários, foram elaboradas pesquisas em fontes bibliográficas já existentes. Quanto a dados primários, com o intuito de especificar mais o tema em estudo, recorreu-se ao tratamento da informação recolhida nas entrevistas.

A recolha da informação pode ser levada a cabo através de fontes internas e fontes externas (Sarmiento, 2008), e deste modo, foram desenvolvidas pesquisas em Bibliotecas Públicas, Estabelecimentos de Ensino Superior Militar, EMGFA, CFT, e outras Instituições. Contudo há que referir que o grande foco de recolha de dados incidiu no local onde elaboramos grande parte do trabalho, no Regimento de Infantaria nº15, local esse que me possibilitou o acesso a todos os documentos emanados superiormente referentes ao meu tema de estudo.

Todo o processo de exploração, investigação tem em vista a recolha e o tratamento de informações numa tentativa de responder às perguntas derivadas, e consequentemente alcançar uma resposta para a pergunta de partida e ter melhor conhecimento sobre o problema para assim se poderem apresentar algumas conclusões e outras propostas, recomendações adequadas à realidade nacional.



### 3.4 As Entrevistas

Com o intuito de recolher opiniões de terceiros sobre o objeto de estudo, foram desenvolvidas entrevistas, de onde se espera a recolha de ...“informações elementos de reflexão muito ricos e matizados” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 156). A posterior análise das mesmas gera informação conclusiva de onde se podem extrair também algumas propostas e recomendações (Sarmiento, 2008).

As entrevistas do tipo semiformal ou semiestruturado desenvolvidas neste trabalho propõem ao entrevistado um conjunto de perguntas, que fazem parte de um guião<sup>11</sup>, havendo liberdade para o entrevistado abordar temas relacionados com a questão em causa.

A aplicação de inquéritos qualitativos foi realizada durante o período de 15 a 19 de Julho de 2012, numa fase pós treino<sup>12</sup>, momento considerado pertinente para poder contribuir com conhecimentos e lições aprendidas recentemente, fruto desse treino.

O guião da entrevista foi desenvolvido de forma lógica e sequencial, focando aspetos relacionados com as questões levantadas para poder constituir fundamento para a resposta às mesmas.

Da análise qualitativa de que foram alvo as entrevistas, elaboraram-se quadros síntese onde se visionam de forma clara os aspetos chave que, os entrevistados mencionam na sua resposta (Guerra, 2010).

### 3.5 A Amostra

As entrevistas foram efetuadas a um conjunto de Oficiais do Exército, que para além de contribuírem diariamente, estão diretamente ligadas ao tema em estudo, enriquecendo desta forma a recolha de elementos de análise.

A amostra<sup>13</sup> utilizada para as entrevistas contribuiu com conhecimentos ricos e vastos sobre o objeto em estudo. Traduzindo as várias vertentes que compõem o sistema “NICT”, os depoimentos fundamentam e representam um contributo credível para as respostas às perguntas derivadas, conclusões e recomendações.

---

<sup>11</sup> Ver apêndice A - Guião da Entrevista.

<sup>12</sup> Treino Apolo12 - O NICT da FRI aproveitou as valências do Exercício HOTBLADE que, se desenrolou em Portugal no período de 4 a 18 de Julho 2012.

<sup>13</sup> Ver Apêndice B- Amostra dos Entrevistados

Na execução das entrevistas procedeu-se à gravação sonora das intervenções dos entrevistados nas respostas às diversas perguntas. Para que posteriormente, em versão escrita, o conteúdo pudesse ser utilizado no trabalho após a devida autorização dos entrevistados. Desta forma, salvaguardaram-se assim, os interesses das diferentes entidades entrevistadas. Nos casos em que não foi possível efetuar uma recolha da entrevista de forma pessoal, estas foram recolhidas através de correio electrónico.

### **3.6 Síntese Conclusiva**

Terminada que foi a apresentação da metodologia da investigação científica adotada na realização deste trabalho, abordámos a forma metodológica como o trabalho foi conduzido, com que ferramentas e instrumentos desenvolvemos a componente teórica e prática, a forma como foram essas ferramentas utilizadas e, muito importante, o propósito da sua utilização.

## **Capítulo 4**

### **Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados**

#### **4.1 Introdução**

No presente capítulo descreveremos a forma como foi desenvolvido o trabalho de campo que a investigação proporcionou.

O processo de investigação desenvolvido ao longo do trabalho permitiu a recolha de dados que se constituíram como contributos valiosos para a análise e interpretação de resultados. Os resultados que a seguir se apresentam conciliam informação baseada na documentação existente, diretivas, relatórios e ações desenvolvidas com os dados obtidos através de entrevistas.

Inicialmente são apresentados alguns resultados das entrevistas, que por se considerarem relevantes são alvo de apreciação e permitem efetuar uma análise a cada bloco de perguntas lançado.

Por fim são apresentadas algumas conclusões respeitantes aos resultados finais obtidos.

#### **4.2 Análise das Entrevistas**

Neste subcapítulo temos por objetivo realizar uma análise qualitativa das entrevistas<sup>14</sup>.

Os dados obtidos através das respostas aos diferentes blocos de perguntas são o alvo da análise. Decorrente desta, é possível identificar os pontos mais importantes que o entrevistado foca e daí extrair ideias chave.

A análise passa por criar quadros síntese, onde é possível visionar de forma mais clara e objetiva os pontos que cada entrevistado evidencia.

---

<sup>14</sup> Ver apêndice C - Quadros resumo das entrevistas.

#### 4.2.1 Análise de conteúdo à questão n.º 1 do Bloco B

No quadro 1 são apresentados os resultados obtidos da análise referente à questão n.º1 do Bloco B- “Como caracteriza o NICT da FRI”.

**Quadro n.º 1 - Ideias chave à questão 1 do Bloco B**

| Caracterização do Núcleo Inicial da LCC FRI | Entrevistados |    |    |    |    |    |
|---|---------------|----|----|----|----|----|
|   | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 |
| Intervenção Imediata                        | X             | X  | X  | X  | X  | X  |
| Operações NEO e Ajuda Humanitária           | X             | X  | X  | X  |    |    |
| Elevada Prontidão                           | X             | X  | X  | X  | X  | X  |
| Emprego Conjunto ou independente            | X             | X  |    | X  |    |    |
| Tempo de intervenção reduzido               | X             | X  | X  |    | X  | X  |
| Força Ligeira                               | X             | X  | X  |    |    | X  |

O quadro 1 tem por objetivo conceber de forma sintética uma caracterização do NICT da FRI.

Da análise do quadro 1 é possível interpretar que, a intervenção imediata e a elevada prontidão são características mencionadas por todos os entrevistados.

Todos os entrevistados à exceção de dois, mencionam que a força está vocacionada para operações de evacuação de não-combatentes e ajuda humanitária.

De acordo com três dos entrevistados, o NICT da FRI, pode ser empregue de modo conjunto ou independente, podendo ocorrer a diversas situações pelas capacidades que possui.

Quatro dos entrevistados afirmam que se trata de uma força ligeira, característica própria de uma força desta natureza.

#### 4.2.2 Análise de conteúdo à questão n.º 2 do Bloco B

No quadro 2 são apresentados os resultados obtidos da análise referente à questão n.º 2 do Bloco B- “Quais as principais capacidades e limitações de uma força desta natureza?”

**Quadro nº 2- Ideias chave à questão 2 do Bloco B**

| Capacidades e Limitações da Força |                                       | Entrevistados |    |    |    |    |    |
|-----------------------------------|---------------------------------------|---------------|----|----|----|----|----|
|                                   |                                       | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 |
| Capacidades                       | Inserção Vertical                     | X             | X  | X  | X  | X  | X  |
|                                   | Autossustentação (períodos reduzidos) | X             | X  | X  | X  | X  | X  |
|                                   | Força bem treinada                    | X             | X  |    | X  | X  | X  |
|                                   | Atua em qualquer ambiente             |               |    |    |    |    | X  |
|                                   | Reação Rápida                         | X             | X  | X  | X  |    |    |
| Limitações                        | Proteção                              | X             | X  | X  | X  | X  |    |
|                                   | Meios de projeção                     | X             | X  | X  | X  | X  | X  |
|                                   | Equipamento                           |               | X  | X  | X  | X  | X  |
|                                   | Interoperabilidade de Meios           |               | X  | X  | X  |    |    |
|                                   | Informações                           | X             | X  |    |    |    |    |
|                                   | Apoio Sanitário                       | X             |    | X  | X  |    |    |
|                                   | NBQR                                  | X             | X  | X  | X  |    |    |

O quadro 2 tem por objetivo identificar as capacidades e limitações que mais se destacam quando falamos do NICT da FRI.

Relativamente a capacidades:

A inserção vertical a par da autossustentação são capacidades referenciadas de forma transversal a todos os entrevistados.

A atuação em qualquer tipo de ambiente é mencionada por um dos entrevistados, que considera o possível empenhamento da força num espaço de tempo reduzido e sob as condições de qualquer ambiente, seja ele permissivo, incerto ou hostil.

Grande parte dos entrevistados consideram que a força se encontra bem treinada e esta capacidade é extremamente importante para satisfazer os requisitos de operacionalidade exigidos.

Mencionado por quatro entrevistados a reação rápida é uma das capacidades desta força, concorrendo para a satisfação dos elevados padrões de prontidão exigidos.

No que respeita a limitações:

Os meios de projeção são uma limitação identificada transversalmente por todos os entrevistados, todos salientam esta limitação mesmo que ultrapasse as competências do núcleo inicial, mas ainda assim com influência direta na sua capacidade de resposta.

Pela maioria é identificada como limitação a proteção da força. Refere que a força pode ser empenhada em cenários onde a ameaça se altere e incremente os níveis de risco e consequentemente a atuação em ambientes que rapidamente se alteram de um nível permissivo, para incerto ou até mesmo hostil.

Uma outra limitação referida a grande parte dos entrevistados é a questão dos equipamentos, referem que os meios atribuídos são demasiado grandes e pesados e que a criação de uma estrutura orgânica de material base para a força seria vantajosa a todos os níveis.

Relativamente à interoperabilidade dos meios, três dos entrevistados consideram que não sendo um problema ligado diretamente com o NICT, este prejudica a sua operacionalidade quanto ao treino conjunto entre os ramos. Um dos entrevistados, refere ainda a necessidade de se elaborarem relatórios de informação padronizados entre os ramos para que as diferenças entre as componentes que constituem os ramos não interfiram de algum modo na consecução do objetivo comum.

Dois dos entrevistados evidenciam como limitação as questões relacionadas com as Informações. Estes referem que devia ser desenvolvido um fluxo de informação permanente para que a força se prepare da melhor forma tendo em conta o estudo elaborado sobre os possíveis cenários de emprego.

Quanto ao apoio sanitário, três dos entrevistados consideram que existe uma limitação e entendem que os elementos que constituem o ModSan devem ter disponibilidade para assegurar o seu treino e emprego operacional junto da restante força. Para além disso um deles refere ainda que é insuficiente ao nível de recursos humanos e uma melhor utilização deste meio poderá contribuir de forma vantajosa para a força. Aquando do empenhamento da FRI, a utilização desta valência em auxílio da população local, poderá contribuir para melhor aceitação e proteção da força.

Segundo quatro dos entrevistados, apesar de não estar previsto o empenhamento da força em ambientes NBQR, esta capacidade não deve ser ignorada. Mesmo não estando catalogada para o NICT deveria fazer parte do catálogo de forças da FRI.

#### 4.2.3 Análise de conteúdo à questão n.º 3 do Bloco B

No quadro 3 são apresentados os resultados obtidos da análise referente à questão n.º3 do Bloco B- “Considera que os recursos humanos e materiais atualmente disponíveis são os desejados?”

**Quadro nº 3 - Ideias chave à questão 3 do Bloco B**

| Recursos Humanos e Materiais | Entrevistados |    |    |    |    |    |
|------------------------------|---------------|----|----|----|----|----|
|                              | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 |
| Suficientes                  |               |    |    | X  | X  | X  |
| Insuficientes                | X             | X  | X  |    |    |    |
| Melhorias a fazer            | X             | X  | X  | X  |    | X  |

O quadro 3 acima referido tem por objetivo aferir conhecimentos sobre a realidade de recursos humanos e materiais à disposição da força.

Analisando o quadro 3, podemos verificar que as opiniões estão igualmente divididas entre suficientes e insuficientes, contudo é pertinente considerar um ponto que a maioria dos entrevistados enaltece, a necessidade de fazer melhorias, umas ao nível de recursos humanos, outras ao nível de recursos materiais.

Um dos entrevistados refere que a nível de recursos humanos, a componente humana é insuficiente no destacamento sanitário, quanto às outras valências considera ajustados.

Outro dos entrevistados, refere que ao nível de recursos humanos estes satisfazem, embora o mesmo não se verifique quanto aos meios materiais, defendendo a criação de uma estrutura orgânica de material

À semelhança do anterior, um dos entrevistados refere ainda que relativamente a recursos humanos, os problemas surgem no destacamento sanitário relativamente à sua nomeação e participação em exercícios.

Outro entrevistado considera que os recursos humanos são suficientes, embora refira que a inclusão de um pelotão de engenharia para trabalhos e proteção da força, especialmente para trabalhos de Ajuda Humanitária em situações de catástrofe, poderia aumentar o potencial da FRI. Relativamente aos recursos materiais considera que os meios atualmente disponíveis são demasiado grandes e pesados para este tipo de força.

Dois dos entrevistados partilham a mesma opinião. Contudo apresentam justificações diferentes na sua entrevista: um deles considera que os meios humanos e materiais são suficientes, como observado na Operação “MANATIM”, outro considera suficientes apenas no caso de a projecção incluir toda a força na mesma leva.

#### 4.2.4 Análise de conteúdo à questão n.º 4 do Bloco B

No quadro 4 são apresentados os resultados obtidos da análise referente à questão n.º4 do Bloco B- “Considera que os impactos de possíveis limitações influenciam o profissionalismo da força quando empenhada?”

Quadro nº 4 - Ideias chave à questão 4 do Bloco B

| Impacto das limitações no profissionalismo  | Entrevistados |    |    |    |    |    |
|---|---------------|----|----|----|----|----|
|   | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 |
| Limitações dos recursos materiais não influenciam diretamente o profissionalismo do pessoal | X             | X  | X  | X  |    |    |
| Melhores recursos materiais maior proficiência  | X             | X  | X  | X  |    |    |
| Não tem influência  |               |    |    |    | X  | X  |

O quadro 4 anteriormente apresentado tem por objetivo perceber qual a dimensão que, a existência de possíveis limitações representa sobre o profissionalismo da força quando empenhada.



Da análise ao quadro 4, podemos depreender que a generalidade dos entrevistados considera os recursos materiais como limitações principais, contudo não relacionam essa limitação com o profissionalismo da força quando empenhada.

Quatro entrevistados partilham de opiniões semelhantes no que respeita a esta questão, não existindo influência direta entre o profissionalismo da força e as possíveis limitações ao nível de recursos materiais a que esta esteja sujeita.

Um dos entrevistados considera que não há uma relação direta entre limitações e profissionalismo do pessoal, contudo refere que se os recursos humanos tiverem à disposição recursos materiais adequados à missão, a proficiência da força aumenta.

Outro entrevistado considera que as principais limitações são ao nível de material e essas, não influenciam o rigor e profissionalismo da força.

Um outro defende que o profissionalismo em si não é influenciado diretamente pela falta de equipamentos, pois o pessoal tenta sempre dar o seu melhor.

Da mesma forma, outro dos entrevistados refere que o profissionalismo da força quando empenhada não depende dos meios mas sim do nível de treino dos seus recursos humanos, no entanto e logicamente, quanto melhores forem os meios colocados à disposição de uma força mais facilmente e com mais proficiência esta cumpre as suas missões.

Dois dos entrevistados não vislumbram influência no profissionalismo da força perante o impacto das limitações, sendo que um deles considera que uma força bem treinada não será influenciada no seu desempenho por qualquer fator.

#### **4.2.5 Análise de conteúdo à questão n.º 1 do Bloco C**

No quadro 5 são apresentados os resultados obtidos da análise referente à questão n.º1 do Bloco C- “Qual a importância do treino para uma força como esta?”

Quadro nº 5 - Ideias chave à questão 1 do Bloco C

| Treino                    | Entrevistados |    |    |    |    |    |
|---------------------------|---------------|----|----|----|----|----|
|                           | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 |
| Essencial                 | X             | X  | X  | X  | X  | X  |
| Articulação Operacional   | X             |    |    |    |    |    |
| Aquisição de competências | X             |    |    |    | X  | X  |
| Estado de Prontidão       | X             | X  | X  | X  | X  | X  |
| Cumprimento da missão     | X             | X  | X  | X  |    | X  |
| Confiança                 |               |    |    | X  |    |    |

Da análise ao quadro 5 podemos elencar um conjunto de parâmetros que revelam a importância do treino para uma força desta natureza. De acordo com o descrito no quadro e transversal a todos os entrevistados é o facto do treino se revelar essencial para garantir o estado de prontidão.

Um dos entrevistados referiu ainda a importância do treino ao nível da articulação operacional, na medida em que é fundamental para assegurar o esforço sinérgico de todos os constituintes da Componente Terrestre da FRI.

A importância do treino no que respeita à aquisição de competências também merece destaque por parte de três dos entrevistados.

Um outro parâmetro que apesar de aparecer isolado foi destacado por outro dos entrevistados é a confiança, fator importante no cumprimento da missão.

#### 4.2.6 Análise de conteúdo à questão n.º 2 do Bloco C

No quadro 6 são apresentados os resultados obtidos da análise referente à questão n.º 2 do Bloco C- “Que tipos de treino executam?”

Quadro nº 6 - Ideias chave à questão 2 do Bloco C

| Tipos de Treino                    | Entrevistados |    |    |    |    |    |
|------------------------------------|---------------|----|----|----|----|----|
|                                    | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 |
| Individual                         | X             | X  | X  | X  | X  | X  |
| Coletivo                           | X             | X  | X  | X  | X  | X  |
| Conjunto                           | X             | X  | X  |    |    |    |
| Tarefas críticas                   |               |    |    |    | X  | X  |
| Para toda a tipologia de operações |               | X  |    | X  |    | X  |
| De acordo com a tipologia da força | X             | X  | X  | X  | X  | X  |

Referente ao quadro 6, podemos verificar que existe uma homogeneidade de todos os entrevistados em afirmar que, esta força tem especial atenção ao treino individual, coletivo e orientado para a tipologia de operações que a força pode desenvolver.

Contudo existem outros elementos sobre o treino que devem ser abordados, nomeadamente o treino para toda a tipologia de operações. Neste caso três entrevistados referem este tipo de treino, um deles considera que a força executa treinos para toda a tipologia de operações, dando especial atenção àquela para a qual está a ser preparada.

Um dos entrevistados refere que o treino deve incidir essencialmente em ações de combate. O treino das tarefas específicas das missões NEO decorrerá sempre no seguimento do treino das tarefas de combate.

O treino conjunto é mencionado por três dos entrevistados, no entanto todos eles lançam uma crítica. De acordo com o preconizado nos documentos superiores, a força, através do Exercício “LUSÍADA”, devia treinar capacidades, operacionalizar o treino conjunto e certificar a FRI, contudo essa situação ultimamente não tem acontecido para as diversas componentes. Os moldes em que decorre o exercício foram alterados, desta forma o treino conjunto só se desenvolve ao nível de postos de comando das três componentes da FRI.

#### 4.2.7 Análise de conteúdo à questão n.º 1 do Bloco D

No quadro 7 são apresentados os resultados obtidos da análise referente à questão n.º1 do Bloco D- “Considera que o núcleo inicial da LCC FRI está apto a cumprir as missões que lhe estão atribuídas?”

Quadro nº 7 - Ideias chave à questão 1 do Bloco D

| Capaz de cumprir as missões                     | Entrevistados |    |    |    |    |    |
|---|---------------|----|----|----|----|----|
|   | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 |
| Considero que sim                               | X             | X  | X  | X  | X  | X  |
| Em intervenção por tempo reduzido               | X             | X  | X  | X  |    |    |
| Ambiente incerto                                | X             |    |    |    |    |    |
| Pouca Proteção                                  | X             |    | X  | X  |    | X  |
| Necessidade de se acautelarem algumas situações | X             | X  | X  | X  |    | X  |

No quadro 7 podemos verificar que segundo os entrevistados, a força em estudo está capaz de cumprir as missões que lhe estão atribuídas, contudo há que ter em conta alguns aspetos. Podemos constatar que grande parte dos entrevistados salienta a necessidade de se acautelarem algumas situações com vista a garantir a maior proficiência possível da força no cumprimento das missões.

Um entrevistado considera que a força está apta a cumprir as missões que lhe estão atribuídas, contudo há que ter em conta algumas restrições, afirmando que de momento a força parece indicada para atuar por períodos reduzidos, tendo em conta a pouca proteção da mesma.

De igual forma outro dos entrevistados considera que a força também está apta a cumprir as missões que lhe estão atribuídas, focando na entrevista, intervenções por tempo reduzido. Refere ainda, que há necessidade de se acautelarem algumas situações, como a atribuição dos recursos necessários para a missão, rever a forma como se processa o fluxo de informação perante os possíveis cenários de emprego e a necessidade de criação de uma estrutura orgânica de material.

Outro entrevistado salienta que a força está apta a cumprir as missões, contudo as dificuldades serão certamente muitas caso esta tenha que prolongar a sua intervenção ou se desdobre noutras tarefas que surjam inopinadamente.

Um outro entrevistado justifica a sua resposta considerando a experiência que os quadros da força possuem no âmbito de outros TO, treinos e mais recentemente no que foi desenvolvido ao longo da Operação “MANATIM”.

No que respeita ao cumprimento da missão outro dos entrevistados refere que não tem qualquer tipo de dúvida. Segundo o mesmo, a força está apta e prova disso são os acontecimentos recentes como a Operação “MANATIM” e o Exercício “APOLO12”, onde foi possível testar as capacidades da força.

Outro dos entrevistados responde afirmativamente à questão, se as missões a desenvolver cumprirem com o que está estipulado para a força. Embora refira, que caso tenha que desenvolver tarefas como montar e operar um Centro de Controlo de Evacuados esta perde parte, se não toda, a capacidade operacional.

#### 4.2.8 Análise de conteúdo à questão n.º 2 do Bloco D

No quadro 8 são apresentados os resultados obtidos da análise referente à questão n.º2 do Bloco D- “Que alteração efetuava nesta força?”

Quadro n.º 8 - Ideias chave à questão 2 do Bloco D

| Alterações à força                                  | Entrevistados |    |    |    |    |    |
|---|---------------|----|----|----|----|----|
|   | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 |
| Engenharia  |               |    |    | X  |    |    |
| Equipa HUMINT                                       | X             |    |    |    |    |    |
| Equipamentos ligeiros                               |               | X  |    | X  | X  |    |
| Fluxo de informações                                | X             | X  |    |    |    |    |
| Força de forma orgânica e permanente                |               | X  | X  | X  | X  | X  |
| Módulo Sanitário                                    | X             |    | X  | X  |    |    |
| NBQR  | X             | X  | X  | X  |    |    |
| Toda a força sob o comando do Comandante da LCC FRI |               | X  |    |    |    | X  |

No quadro 8 é possível elencar um leque de aspetos que os entrevistados consideram como possíveis casos de revisão ou alteração na força.

Na grande maioria, os entrevistados salientam a necessidade de que, uma força que possua uma orgânica base, própria e permanente traz vantagens a todos os níveis no que respeita ao cabal cumprimento da missão. Uma força que se enquadre na razão da sua criação e para as missões que tem atribuídas, bem como uma força que não acumule empenhamento noutras missões e tenha sempre ao seu dispor os recursos humanos e materiais para o cabal cumprimento da missão.

Um entrevistado enumera na sua entrevista dois pontos intimamente ligados, como é o caso das equipas HUMINT (*Human Intelligence*) e fluxo de informações. O mesmo defende que incluiria na força a valência HUMINT para que se pudesse obter um fluxo de informações constante e atualizado, principalmente nos períodos em que é expectável que a força venha a ser ativada. Relativamente ao destacamento sanitário refere que este deveria ser ampliado ao nível de recursos humanos, pois esta valência quando usada em socorro da população do cenário para onde a força é destacada é sem dúvida uma mais-valia para a aceitação, reconhecimento e proteção da força. No que respeita à valência Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico (NBQR), é uma capacidade que daria maior amplitude de atuação à força.

Outro entrevistado destaca a importância do fluxo de informações e considera fundamental manter de forma constante e atualizada toda a informação sobre os possíveis cenários de emprego. Na sua entrevista refere ainda, que o Comandante da LCC/FRI deveria ter sobre seu controlo todos os elementos que a constituem, desde o aprontamento até ao final da fase de standby.

Três dos entrevistados destacam a capacidade NBQR e Sanitária na sua entrevista. Os mesmos enfatizam que a valência NBQR deve fazer parte de uma força que se caracteriza por elevada prontidão como esta e este tipo de competência incrementa as capacidades quanto ao empenhamento da força. Um deles defende que o destacamento sanitário deveria estar mais bem definido e integrado na força.

Um dos entrevistados, na sua resposta, além de defender uma estrutura orgânica permanente e referir as valências NBQR e Apoio Sanitário, volta a destacar a Engenharia. O mesmo considera que a Engenharia traz enormes contributos à força, nomeadamente em

trabalhos para proteção da mesma e, particularmente, em trabalhos de Ajuda Humanitária em situações de catástrofe.

Outro entrevistado, para além da orgânica permanente como já referido acima destaca a atribuição de equipamentos mais ligeiros para maior proteção da força.

Já outro entrevistado menciona que uma força desta natureza deve ter a orgânica permanente e tal como já mencionado por outro entrevistado, partilha da opinião que se deve colocar toda a força sob o comando do comandante da LCC/FRI. No seu entender rentabiliza o treino e incrementa a proficiência entre todos os elementos do LCC/FRI.

#### 4.2.9 Análise de conteúdo à questão n.º 3 do Bloco D

No quadro 9 são apresentados os resultados obtidos da análise referente à questão n.º3 do Bloco D- “Que aspetos devem ser melhorados ou incrementados na sua opinião?”

Quadro nº 9 - Ideias chave à questão 3 do Bloco D

| Aspetos a melhorar e ou incrementar | Entrevistados |    |    |    |    |    |
|-------------------------------------|---------------|----|----|----|----|----|
|                                     | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 |
| Os já referidos anteriormente       | x             | x  |    | x  | x  | x  |
| Logística                           |               |    |    | x  |    |    |
| Certificação                        |               | x  |    |    | x  |    |
| Projeção                            |               |    |    | x  | x  | x  |
| Visibilidade da força               | x             |    | x  |    |    |    |

No quadro 9, além das alterações referidas na análise à questão anterior podemos identificar um conjunto de elementos que os entrevistados consideram pertinentes fazendo-lhes referencia.

Deste modo, um dos entrevistados destaca que a força deveria ter uma outra visibilidade, não tanto ao nível da componente terrestre, mas sim ao nível da FRI, deveria ser incrementada uma componente de Relações Públicas que desse conhecimento da existência desta força a todos os cidadãos, encontrando-se eles em TN ou fora deste.

Outro entrevistado, em resposta a esta questão refere na sua entrevista a necessidade de certificação da força, antes do standby e antes da realização do Exercício “LUSÍADA”.

Um outro destaca que, apesar de ultimamente se ter dado mais relevância à força, esta nem sempre é considerada prioritária sendo colocada em segundo plano, uma situação que não abona em nada a favor da operacionalidade da mesma.

Apesar de poder extravasar a competência do NICT um dos entrevistados considera que há necessidade de rever aspetos logísticos que influenciam diretamente a projeção da força, referindo-se aos meios aéreos atribuídos à FRI, considerando-os como manifestamente insuficientes.

Um entrevistado refere que se deveria aproveitar as condições que o TN oferece e poderia executar-se um treino utilizando o Arquipélago da Madeira ou dos Açores, para que se pudesse avaliar a capacidade de projeção e a execução de uma operação conjunta.

Outro entrevistado, analogamente considera que os aspetos relacionados com questão da projeção deveriam ser melhorados, pois entende que são o maior problema para a força e isso origina dificuldades sempre que se perspetiva um possível empenhamento.

### **4.3 Conclusões das Entrevistas**

Decorrente do realizado anteriormente, análise de conteúdo das entrevistas, foi possível reunir um conjunto de informação extraída das respostas obtidas às questões levantadas e tecer algumas considerações.

#### **4.3.1 Conclusões referentes ao Bloco B de perguntas**

As questões lançadas no guião da entrevista relativamente ao Bloco B (ver quadro 10) tinham por objetivo conhecer melhor o NICT da FRI, suas características, recursos humanos e materiais, capacidades e limitações, bem como a forma como essas limitações se manifestam na força.



Quadro nº 10 - Bloco de Perguntas B

| Bloco de Perguntas B |   |
|----------------------|---|
| <b>Questão n.º1</b>  | Como caracteriza o Núcleo Inicial da Componente Terrestre da FRI?   |
| <b>Questão n.º2</b>  | Quais as principais capacidades e limitações de uma força desta natureza?                                   |
| <b>Questão n.º3</b>  | Considera que os recursos humanos e materiais atualmente disponíveis são os desejados?                      |
| <b>Questão n.º4</b>  | Considera que os impactos de possíveis limitações influenciam o profissionalismo da força quando empenhada? |

Relativamente à questão n.º1 do Bloco B em que se pretendia reunir elementos caracterizadores do NICT da FRI, pudemos concluir que este se caracteriza por uma força ligeira, de intervenção imediata com elevada prontidão direcionada para a condução de operações NEO e Ajuda Humanitária, com capacidade de emprego independente ou conjunto, consoante o tipo de missão.

A questão n.º2 do Bloco B pretendia identificar quais as capacidades e limitações que mais se destacam no NICT da FRI. Desta forma, pudemos concluir que esta força apresenta capacidades e limitações diversas.

Como capacidades, destacam-se a resposta rápida, a autossustentação, o elevado nível de treino, a capacidade de satisfazer os elevados níveis de prontidão, bem como a capacidade para a inserção vertical que incrementa a esta força uma valência que se pode manifestar uma mais-valia tendo em conta o cenário de emprego.

Como limitações, pudemos concluir que estas se manifestam essencialmente ao nível do equipamento e meios de projeção. Relativamente aos meios de projeção, mesmo não sendo da competência da força, estes influenciam diretamente o seu emprego. De referir ainda no que se refere às limitações, as dificuldades existentes na interoperabilidade de meios. Quando a força é empregue em modo conjunto, o fluxo de informação nem sempre se desenvolve da melhor forma prejudicando a atuação da força.

Relativamente ao apoio sanitário, os problemas encontram-se ao nível de recursos humanos. No que respeita ao NBQR, pela sua inexistência, apresentam-se também como uma limitação.

Quanto à questão n.º3 do Bloco B, pretendíamos tomar conhecimento sobre a realidade de recursos humanos e materiais à disposição da força. Da análise efetivada pudemos concluir que existe uma necessidade urgente de rever a situação dos meios que estão atribuídos à força, quer ao nível de recursos humanos, quer ao nível de recursos materiais. Podemos assim, concluir que a criação de uma base orgânica de material própria e em exclusividade para esta força diminuiria em grande parte algumas dificuldades que atualmente se fazem sentir.

No que respeita à questão 4 do Bloco B, tínhamos por objetivo conhecer o impacto que possíveis limitações poderiam desenvolver sobre o profissionalismo da força quando empenhada. Da análise efetuada concluímos que como grande parte das limitações identificadas são a nível dos recursos materiais e que estes não têm influência direta sobre o rigor e profissionalismo da força quando empenhada.

Concluindo o bloco de perguntas B, podemos afirmar que os objetivos deste bloco foram cumpridos, ou seja, atestamos que o preconizado nos documentos enquadrantes nem sempre está adequado à realidade, havendo assim necessidade de se rever as situações negativas identificadas em abono da força.

#### 4.3.2 Conclusões referentes ao Bloco C de perguntas

As questões lançadas no guião da entrevista relativamente ao Bloco C (ver quadro 11) tinham por objetivo perceber a dimensão do treino, quais os contributos e importância deste numa força desta natureza e ainda que treinos são desenvolvidos para melhor habilitar a força.

Quadro n.º 11 - Bloco de Perguntas C

| Bloco de Perguntas C |  |
|----------------------|--|
| <b>Questão n.º1</b>  | Qual a importância do treino para uma força como esta? |
| <b>Questão n.º2</b>  | Que tipos de treino executam?                          |

Realizada a análise ao bloco de questões, concluímos que o treino para uma força desta natureza é vital, ou seja, é impossível o NICT da FRI cumprir as missões que lhe

estão atribuídas se não garantir o elevado nível de prontidão e operacionalidade, fatores que, são adquiridos através desse mesmo treino. De acordo com a natureza desta força, que pode atuar em conjunto ou de forma independente, concluiu-se de igual modo que é extremamente importante desenvolver ações de treino conjunto tendo em vista uma articulação operacional adequada entre as diferentes componentes e sinergia de esforços aquando de um empenhamento real que contemple a projeção da FRI em todas as suas componentes.

A questão n.º2 do Bloco C pretendia identificar que tipo de treino executa esta força. Deste modo, concluímos que o NICT da FRI tem preocupação em desenvolver todo o tipo de treinos, tais como, treino individual, treino coletivo e ainda treino de aperfeiçoamento operacional de acordo com a tipologia de operações atribuída.

Fechadas que estão as conclusões relativas ao Bloco B de perguntas, podemos concluir que de acordo com o definido nos objetivos, estes foram alcançados e contribuíram ainda para levantar uma problemática no que se refere ao treino Conjunto. O Exercício “LUSÍADA” deveria continuar a prever o treino conjunto das componentes no seu todo, tendo em vista a validação e certificação da FRI.

#### **4.3.3 Conclusões referentes ao Bloco D de perguntas**

Decorrente de todos os blocos de perguntas elaboradas, surge o bloco de perguntas final, o Bloco D (ver quadro 12).

As perguntas do Bloco D tiveram por objetivo saber que alterações e melhorias podem ser efetuadas, perspetivando uma visão de futuro mais adequada.

Quadro nº 12 - Bloco de Perguntas D

| <b>Bloco de Perguntas D</b> |   |
|-----------------------------|---|
| <b>Questão<br/>n.º1</b>     | Considera que o núcleo inicial da LCC FRI está apto a cumprir com as missões que lhe estão atribuídas?" |
| <b>Questão<br/>n.º2</b>     | Que alteração efetuava nesta força?   |
| <b>Questão<br/>n.º3</b>     | Que aspetos devem ser melhorados ou incrementados na sua opinião?                                       |

Relativamente à questão n.º1 do Bloco D, esta assume extrema importância na medida que a sua resposta consubstancia a razão de todo o trabalho.

Feita a análise à questão 1 do Bloco D podemos concluir que o NICT da FRI, por todas as capacidades que apresenta, por todos os treinos que realiza, por todos os pontos que enfatiza positivamente serem superiores às vulnerabilidades que também possui, está apto a cumprir as missões que lhe estão atribuídas.

Contudo, e apesar da análise efetuada permitir concluir que a força está apta a cumprir as missões que lhe estão atribuídas, há que ter em atenção alguns aspetos, nomeadamente as condições que se apresentam ao nível do ambiente operacional no cenário da missão atribuída.

Relativamente à questão n.º2 do Bloco D, podemos concluir que esta se revelou extremamente importante pelas sugestões que foram apresentadas face as vulnerabilidades identificadas.

Da análise efetuada, concluímos que a principal alteração se manifesta na criação de uma força com orgânica permanente. Ao nível de recursos humanos, esta modificação, representa uma inteira disponibilidade do pessoal, onde os elementos constituintes da força não seriam envolvidos noutras tarefas, estando inteiramente dedicados às atividades desenvolvidas pela força, quer em situações de treino, quer em situações de empenhamento real.

Relativamente aos recursos materiais, a criação de uma base orgânica de material seria uma mais-valia a todos os níveis.

A criação desta estrutura orgânica confere ao núcleo uma plataforma de sustentação própria e independente para operacionalização exclusiva da força, sem ter que recorrer a

reabastecimentos e/ou pedidos a outras unidades por ausência ou insuficiência desses mesmos equipamentos.

Ainda decorrente da análise à questão n.º 2 do Bloco D, pode-se concluir que existe necessidade de rever a valência NBQR que não faz parte deste catálogo de forças. Mesmo que não pertencesse ao núcleo inicial, esta deveria fazer parte do catálogo de forças da FRI. Também pudemos concluir que de modo geral, o efetivo que representa o destacamento de apoio sanitário é insuficiente. Além disso, com um aumento de efetivo poder-se-ia prestar tarefas em favor das populações do teatro de operações, como forma de incentivar a aceitação e proteção da força.

Por fim, ainda nos foi possível concluir que o fluxo de informações é de extrema importância para uma boa preparação da força, pelo que deve ser constante e atualizado, e o mais credível possível. Como tal, nada melhor que ter no possível cenário de intervenção equipas HUMINT em sinergia com a força que se encontra no território a preparar uma possível intervenção.

No que concerne à análise da questão n.º3 do Bloco D podemos concluir que ao nível de aspetos a melhorar ou a incrementar, a projeção destaca-se pela relevância que assume na forma e tempo em que força será empregue. Não sendo a sua gestão da competência do NICT da FRI, há necessidades óbvias que devem ser revistas.

A forma como o Exercício “LUSÍADA” tem vindo ultimamente a ser realizado, permite concluir que as várias componentes que constituem a FRI não executam o tipo de treino desejado no que respeita à articulação operacional pretendida.

## **Capítulo 5**

### **Conclusões e Recomendações**

#### **5.1 Conclusões**

Portugal tem como responsabilidade primordial o cumprimento de um dos objetivos permanentes do Estado, a proteção de todos os cidadãos nacionais. No apoio previsto aos cidadãos portugueses que, pela ocorrência de situações anómalas nos países onde se encontram a viver ou a trabalhar, tenham necessidade de ser evacuados desses mesmos países hospedeiros para um local seguro foi criada uma Força de Reação Imediata para dar uma resposta adequada a situações desta natureza.

A temática do Trabalho de Investigação Aplicada desenvolvido centralizou o seu foco de estudo no Núcleo Inicial da Componente Terrestre da FRI.

Toda a recolha de informação foi alvo de estudo para posterior tratamento de dados por forma a poder dar resposta às questões que nos propusemos desenvolver tendo por objetivo apresentar uma solução o mais credível possível para a questão central.

O presente trabalho de investigação, através da análise e interpretação dos dados recolhidos nas pesquisas bibliográficas e entrevistas permite-nos então alcançar o presente capítulo. Tendo por base a componente teórica e prática deste trabalho, foram elaboradas reflexões finais sobre o trabalho desenvolvido, onde procurámos verificar a validade ou não das hipóteses definidas no início do trabalho tendo em vista uma resposta à pergunta de partida e respetivas perguntas derivadas

Por fim apresentámos algumas limitações sentidas ao longo do processo de investigação bem como propostas ou recomendações que foram elencadas mas que, por se enquadrarem para além da finalidade do tema em estudo não foram abordadas de forma exhaustiva, constituindo-se como pontos de partida válidos para investigações futuras.

Importa agora apresentar a parte das conclusões referentes às perguntas derivadas, quais linhas de operação que, conjuntamente com a verificação das hipóteses, levarão à resposta à pergunta de partida.

Assim, no que se refere à primeira pergunta derivada - **Quais as possibilidades e limitações do Núcleo Inicial da Componente Terrestre da FRI?** Podemos concluir o seguinte:

Como possibilidades destacam-se a rapidez na resposta, a facilidade de autossustentação, garantia de elevados padrões de prontidão e projeção por inserção vertical.

Como limitações podemos concluir que estas se manifestam essencialmente ao nível do equipamento, volume de abastecimentos para autossustentação e meios de projeção de nível estratégico. Relativamente aos meios de projeção, mesmo não sendo da responsabilidade da força, estes, se não forem devidamente acautelados e disponibilizados, influenciam diretamente o seu emprego. De referir ainda limitações relacionadas com a interoperabilidade de meios, nomeadamente quando a força é empregue conjuntamente com outras componentes; o fluxo de informação que, nem sempre se desenvolvendo da melhor forma, prejudica em maior ou menor grau a atuação da força; o apoio sanitário pela sua reduzida dimensão; a inexistência de uma capacidade de defesa NBQR.

Dada a tipologia de operações em que, com maior probabilidade a força será empregue, as limitações encontradas, à exceção da capacidade de autossustentação que obriga a reabastecimento após um curto período de operação, não representam um obstáculo vital uma vez que, de trocas de impressões posteriores com os entrevistados, é entendimento geral que são facilmente ultrapassáveis quer através de treino específico com fornecimento dos equipamentos respetivos, quer através de normalização de procedimentos e documentação, quer ainda, pelo mero redimensionamento de determinadas valências.

Assim, podemos considerar validada as hipóteses **H1- A força está apta a cumprir as missões atribuídas para um período de tempo reduzido e com características próprias de um ambiente operacional incerto**, e **H2 - As limitações apresentadas pelo Núcleo Inicial Da Componente Terrestre da FRI não comprometem o cumprimento das tarefas atribuídas**.

Quanto à segunda pergunta derivada - **Os recursos humanos e materiais colocados à disposição do Núcleo Inicial da Componente Terrestre satisfazem as necessidades de formação e treino?**, verificou-se que os problemas derivados das limitações se manifestam mais ao nível de recursos materiais e não tanto ao nível dos recursos humanos.

Neste aspeto, o subdimensionamento do módulo sanitário é a limitação que maior preocupação inspira.

Já no campo dos recursos materiais, as limitações evidenciadas estão relacionadas principalmente, com o facto de a força não dispor em permanência de todos os equipamentos com que irá trabalhar no decurso da operação. Se, ao nível do armamento e equipamento de uso comum na posse da força, com maior ou menor idade e uso, todo está em condições de operacionalidade e o pessoal com o treino necessário, já no que diz respeito aos equipamentos de comunicações de nível operacional e estratégico, a ser fornecidos pelo EMGFA, exclusivamente para dada operação, não podemos concluir o mesmo. O curto tempo que decorre entre o fornecimento e a data de embarque, dada a criticidade e complexidade do material em causa, revela ser insuficiente para ministrar a formação necessária aos utilizadores. Esta observação foi patente durante os preparativos para a operação Manatim e só foi ultrapassada através da concentração, desde o primeiro momento, de todo o efetivo da força na unidade de aprontamento o que possibilitou que se concentrassem esforços ao nível da cadeia de comando para, o mais rapidamente possível, obter o referido material.

Uma das soluções apontadas e que concluímos ser a desejável passa pela criação de uma estrutura orgânica de material para todos os módulos constituintes da força que, por isso, passaria a ter acesso permanente aos mesmos e planear o seu próprio treino.

Podemos, do que antecede, considerar válidas as hipóteses **H3 - Os condicionalismos não impedem a condução do treino e formação adequados às missões atribuídas**, e **H4 - Uma estrutura orgânica de material sempre à disposição da força é uma mais-valia para a pró eficiência da mesma**.

Concluimos ainda, quanto à terceira pergunta derivada - **Que tipos de treino executa, algum em particular?**, que para se garantir os padrões de prontidão operacional desejados, há necessidade de desenvolver um conjunto de treinos, com a finalidade de incrementar os níveis de proficiência quer individual quer coletivos.

De acordo com o definido pelos documentos enquadrantes para esta força, esta deve essencialmente desenvolver o treino por forma a melhor preparar os seus elementos para as tarefas que irão cumprir e ainda desenvolver rotinas e procedimentos normalizados de acordo com o ambiente, conjunto ou como componente isolada, em que irá atuar.

Da análise às respostas a esta questão concluímos que o treino das tarefas específicas e em ambiente conjunto é fundamental para a obtenção dos elevados padrões de execução e resultados obtidos. Outra conclusão que se retira é a de que o Núcleo Inicial da LCC FRI tem preocupação em desenvolver todo o tipo de treinos, treino individual (técnica individual de combate), treino coletivo (ao nível de secção, pelotão) e ainda treino



de aperfeiçoamento operacional de acordo com a tipologia de operações atribuída. Desta forma atinge-se o nível pretendido enquanto força de uma componente a atuar de modo isolado.

No que diz respeito ao ambiente conjunto que caracteriza a atuação da FRI, a oportunidade de treino que poderia representar anualmente o exercício Lusíada não se tem vindo a verificar. Na verdade, este exercício, que deveria atestar e certificar o treino das diferentes componentes, tem sido apenas conduzido na modalidade de Exercício de Posto de Comando (CPX) para o qual as componentes apenas garantem uma célula de resposta.

É desta forma concorrente como estabelecemos o “caminho” para encontrar uma resposta para o problema levantado, que são os resultados e conclusões extraídos relativamente às perguntas derivadas conjugados com a validação das hipóteses levantadas que podemos de uma forma fundamentada concluir e dar resposta à pergunta de partida: **Estará o Núcleo Inicial da Componente Terrestre da FRI apto a cumprir as missões que lhe estão atribuídas?** Neste momento estamos em condições de afirmar que **o Núcleo Inicial da Componente Terrestre da FRI está apto a cumprir as missões que lhe estão atribuídas**. Há, no entanto, ações que, a serem acauteladas, poderão contribuir para uma mais rápida e consolidada preparação da força para a missão que lhe vier a ser atribuída. Apresentam-se, neste sentido, algumas recomendações.

## 5.2 Recomendações

Considerando as conclusões apresentadas, e no sentido de este trabalho se constituir como contributo valioso para a resolução dos problemas identificados encontrando soluções exequíveis adaptadas à realidade do Exército Português, julgamos pertinente apresentar as seguintes recomendações:

- Conção de uma estrutura orgânica de pessoal e material para todas as subunidades e módulos que compõem a componente terrestre da FRI que permitirá ao comandante, em qualquer momento, aperceber-se da situação do efetivo e material da força que comanda;
- Fornecimento dos equipamentos em falta, nomeadamente aqueles que pela sua criticidade e complexidade, maior preocupação representam em termos de formação e treino dos utilizadores.

- Rever o efetivo do módulo sanitário por forma a garantir um apoio mais eficaz e com maiores possibilidades.

### 5.3 Limitações

Como limitações deste trabalho identificamos obstáculos como a pouca documentação existente no que diz respeito ao tema em questão. Não no âmbito de fontes internas, porque grande parte do trabalho assenta sobre essa documentação, mas essencialmente, no que respeita a fontes externas, isto é, bibliografia fora da instituição que dê a conhecer a existência desta força.

Outro obstáculo identificado na realização deste trabalho prendeu-se com a atualização da documentação existente, nomeadamente diretivas superiores, durante o período de execução do trabalho, não tendo por isso existido a possibilidade de uma abordagem mais exaustiva, na medida em que aquando do *terminus* do presente trabalho, ainda havia documentação a ser alvo de atualização, nomeadamente diretivas da BrigRR.

Outro aspeto que se pode considerar neste subcapítulo prende-se com a impossibilidade dos alunos terem acesso à intranet e correio eletrónico do exército pela utilidade e rapidez evidentes no acesso à informação, documentação, normativas e legislação em vigor disponibilizadas nos diferentes portais. Esta simples ação permitiria economizar tempo e recursos nas primeiras fases dos trabalhos de investigação em que o foco é a exploração das fontes bibliográficas.

## Bibliografia

- 1º BIPara. (Agosto de 2011 a). *Plano de Contingências «PÁTRIA MÃE»*. Tomar: 1º Batalhão de Infantaria Paraquedista.
- 1º BIPara. (2012 b). *Exercício ZEUS 2012*. Tomar: 1º Batalhão de Infantaria Paraquedista.
- 1ºBIPara. (2011 b). *Exercício DIÁSPORA 2011*. Tomar: 1º Batalhão de Infantaria Paraquedista.
- 1ºBIPara. (2012 a). *Relatório Final da Operação MANATIM*. Tomar: 1º Batalhão de Infantaria Paraquedista.
- Academia Militar. (Dezembro de 2009). *Academia Militar*. Obtido em 25 de Junho de 2012, de Academia Militar: <http://www.academiamilitar.pt/images/stories/ensino/pdf/relatorio.pdf>
- Assembleia da República. (20 de Janeiro de 2003). Diário da República. *O Enquadramento Nacional, Nº 16 - I Série B*, p. 281.
- Assembleia da República. (7 de Julho de 2009). Diário da República. *Lei de Defesa Nacional, Nº 129 - I Série*.
- Bernandino, L. B. (Julho de 2010). Jornal de Defesa e Relações Internacionais. *O Instrumento Militar Como Produtos de Segurança e Desenvolvimento nos Países de Língua Portuguesa. Contributos para uma Estratégia de Segurança Nacional*.
- BrigRR. (Fevereiro de 2011). Diretiva Nº 02/BrigRR/11. *Aprontamento das Capacidades da BrigRR Que Integram o Núcleo Inicial da Froça de Reação Imediata (FRI) e do EM/FRI*. Tancos: Brigada de Reacção Rápida.
- BrigRR. (Março de 2012). *Possíveis Cenários para a LCC/FRI*. Tancos: G2/EM BrigRR.
- CFT. (Maio de 2012). Diretiva Nº 13/CFT/12. *Forças e Militares do Exército que Integram a Força de Reação Imediata*. Oeiras: Coamndo das Forças Terrestres.

- CID. (2004). *O Glossário de Termos de Formação, Educação e Treino no Exército*. Amadora: Comando de Instrução e Doutrina.
- Círculo de Leitores. (1994). *Nova Enciclopédia Larousse*. Círculo de Leitores.
- CNPCE. (1994). *Plano Regresso*. Lisboa: Conselho Nacional Planeamento Civil de Emergência.
- CRP. (2007). *Constituição da República Portuguesa*. Almedina.
- EME. (2005). *Regulamento de Campanha Operações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- EME. (2010). *Quadro Orgânico nº 24.0.20 da BrigRR*. Tancos: Estado-Maior do Exército.
- EME. (Maio de 2012). Diretiva Nº 91/CEME/12. *Forças e Militares do Exército que Integram a Força de Reação Imediata*. Oeiras: Estado-Maior do Exército.
- EMGFA. (17 de Janeiro de 2011 a). Directiva Nº 005/CEMGFA/11. *Empenhamento Militar no Plano Externo 2012-2017*. Lisboa: Estado-Maior General das Forças Armadas.
- EMGFA. (25 de Novembro de 2011 b). *CEMGFA e MDN visitam Exercício Lusíada*. Obtido em 28 de Fevereiro de 2012, de EMGFA: <http://www.emgfa.pt/pt/noticias/383>
- EMGFA. (16 de Março de 2012). Diretiva Operacional Nº 003/CEMGFA/12. *Força de Reação Imediata*. Lisboa: Estado-Maior General das Forças Armadas.
- EMGFA. (n.d.). *Exercício Lusíada*. Obtido em 28 de Fevereiro de 2012, de Estado-Maior General das Forças Armadas: <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/exerc/luisada>
- Fontaine, M. F. (1999). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização*. Loures: Lusociências .
- Garcia, F. P. (2003). *Revista Militar. Tipologias de Guerra, Nº 11 Vol 55*.
- Garcia, J. L. (2000). *Portugal Migrante*. Oeiras, Portugal: Celta Editora.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (5ª ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.

- Gomes, P., Fernandes, R., Santos, R., & Afonso, C. (2011). Trabalho de Investigação de Grupo. *Força de Reação Imediata - Ciclo da Força*. Lisboa.
- Guerra, I. C. (2010). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Cascais: Princípia.
- IESM. (2003). *ME 20-77-04 Operações de Evacuação de Não Combatentes*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- IESM. (2010). *ME 20 - 81 - 00 Operações*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Leandro, F. (Outubro de 2005). Jornal do Exército. *Corporate Warriors*, p. 15.
- Ministério da Comunicação Social. (1978). *Estreitar as Relações de Portugal com o Mundo*. Lisboa: Ministério da Comunicação Social.
- MNE. (1999). *Seminário Diplomático: "A Diplomacia Portuguesa Face ao Século XXI"*. Lisboa: Instituto Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Paulo. (07 de Janeiro de 2009). *Exercício Conjunto "LUSIADA 2006"*. Obtido em 28 de Fevereiro de 2012, de Revista de Artilharia: [http://www.revista-artilharia.net/index.php?option=com\\_content&task=view&id=65&Itemid=33](http://www.revista-artilharia.net/index.php?option=com_content&task=view&id=65&Itemid=33)
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Reis, F. (2010). *Como Elaborar uma Dissertação de Mestrado*. Lisboa: Pactor.
- Santos, G. (2009). Trabalho de Investigação Aplicada. *Operações de Evacuação de Não-Combatentes - Que Tipo e Escalão de Força Podem Executá-las?* Lisboa: Academia Militar.
- Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre Metodologia Científica* (1ª ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

## **Lista de Apêndices**

## **Apêndice A - Guião da Entrevista**



# **ACADEMIA MILITAR**

**Força de Reacção Imediata (FRI):**

**Missões Atribuídas ao NICT**

**Mestrando: Luís Carlos Orvalho Conde da Luz**

**Entrevista**

**Orientador: TCor Inf Hilário Peixeiro**

**Orientando: Asp Inf Luís Luz**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada  
Lisboa, Julho de 2012**

## **Contextualização**

A presente entrevista insere-se no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada, subordinado ao tema “Força de Reacção Imediata (FRI): Missões Atribuídas ao NICT”.

O objetivo da entrevista é a recolha de elementos de análise, como testemunhos e outras interpretações, referentes às possíveis alterações ao NICT da FRI.

Neste sentido, e por forma a obter uma visualização mais abrangente do assunto, e um direcionamento para os aspetos realmente importantes, pretende-se entrevistar as entidades que estão diretamente ligadas à FRI, sendo então fundamental a colaboração de V. Ex.<sup>a</sup>.

Pretende-se com esta entrevista complementar a pesquisa bibliográfica efetuada, relativa ao tema do trabalho, de modo a permitir elaborar uma avaliação qualitativa, que servirá de suporte à investigação na sua parte prática com vista a verificação das hipóteses formuladas.

Solicito deste modo a V. Ex.<sup>a</sup> que me possibilite a realização desta entrevista, e com o intuito de salvaguardar os seus interesses, esta entrevista poderá ser colocada à sua inteira disposição bem como todo o trabalho após a validação final.

Grato pela sua colaboração,

Luís Carlos Orvalho Conde da Luz  
AspOf INF



## GUIÃO DA ENTREVISTA

**Tema:** “Força de Reacção Imediata (FRI): Missões atribuídas ao Núcleo Inicial da Componente Terrestre”.

**Entrevistador:** Aspirante de Infantaria Luís Carlos Orvalho Conde da Luz.

**Entrevistado:**

**Objetivos Gerais:**

- Perceber a importância de uma força como o Núcleo Inicial da Componente Terrestre da FRI;
- Investigar quais as capacidades e limitações de uma força desta natureza e de que forma estas limitações têm impacto na execução das suas missões.
- Analisar que aspetos podem ser melhorados e ou incrementados no sentido de adequar a força à realidade do exército português

|                 |
|-----------------|
| Nome Completo:  |
| Cargo/Função:   |
| Posto:          |
| Arma/Serviço:   |
| Data:           |
| Hora de início: |
| Hora de Fim:    |
| Unidade/Local:  |

### **Blocos Temáticos**

Bloco A: Apresentação da Entrevista

Bloco B: Caracterizar as capacidades e limitações do Núcleo Inicial da Componente Terrestre da FRI

Bloco C: Os Treinos

Bloco D: Propostas e Recomendações

| Blocos  | Objetivos  | Formulário de Perguntas   | Notas  |
|---|--|---|--|
| <u>Bloco A</u><br><br>Apresentação da Entrevista  | -Apresentação do entrevistador;<br><br>-Explicar os objetivos gerais da entrevista;<br><br>- Legitimar a entrevista;   | Qual o seu nome completo?<br><br>Qual o seu posto/cargo?<br><br>Qual a sua arma ou serviço?<br><br>Que função desempenha?   | -Apresentar o tema do trabalho<br><br>-Objetivos do trabalho.<br><br>-Perguntar se a entrevista pode ser gravada.  |
| <u>Bloco B</u><br><br>Caracterizar as capacidades e limitações do Núcleo Inicial da Componente Terrestre da FRI | - Relação entre o que está previsto em documentos e o que acontece na realidade<br><br>- Perceber se a capacidade do Núcleo inicial da LCC FRI é adequada em recursos humanos e materiais. | Como caracteriza o Núcleo Inicial da Componente Terrestre da FRI?<br>Quais as principais capacidades e limitações de uma força desta natureza?<br><br>Considera que os recursos humanos e materiais atualmente disponíveis são os desejados?<br><br>Considera que os impactos de possíveis limitações influenciam o profissionalismo da força quando empenhada? | - Capacidades vs Vulnerabilidades<br><br>-Capacidades da força quando empenhada<br><br>- De que forma é afetada a capacidade de resposta desta força perante as limitações que enfrenta.<br><br>_ Abordar o ambiente operacional |
| <u>Bloco C</u><br><br>Os Treinos  | - Identificar os tipos de treino e o que mais capacita a força.  | Qual a importância do treino para uma força como esta?<br><br>Que tipos de treino executam?   | - Perceber a dimensão do treino.<br><br>- Que treinos são desenvolvidos, algum em específico   |
| <u>Bloco D</u><br><br>Propostas, recomendações  | - Analisar que aspetos podem ser melhorados no sentido de adequar a força à realidade do exército português  | Considera que o núcleo inicial da LCC FRI está apto a cumprir as missões que lhe estão atribuídas?<br>Que alteração efetuava nesta força? (organização, recursos humanos/materiais)<br><br>Que aspetos devem ser melhorados ou incrementados na sua opinião?  | -Procurar entender se a atual orgânica é adequada<br>- Quais as mudanças que deviam ser feitas perspetivando uma visão de futuro mais adequada.<br>- Agradecer no final pelo tempo despendido para a entrevista.                 |

**Apêndice B - Amostra dos Entrevistados**

| <b>Dados relativos ao Entrevistado n.º1- E1</b> |   |
|---|---|
| <b>Nome:</b>                                    | Rui Jorge Roma Pais dos Santos          |
| <b>Cargo/Função:</b>                            | Adjunto do G5 do Estado-Maior da BrigRR |
| <b>Posto:</b>                                   | Major                                   |
| <b>Arma/Serviço:</b>                            | Infantaria                              |

| <b>Dados relativos ao Entrevistado n.º2- E2</b> |                                    |
|---|------------------------------------|
| <b>Nome:</b>                                    | João Francisco da Costa Bernardino |
| <b>Cargo/Função:</b>                            | Chefe do G2 e G9/PAO da BrigRR     |
| <b>Posto:</b>                                   | Major                              |
| <b>Arma/Serviço:</b>                            | Infantaria                         |

| <b>Dados relativos ao Entrevistado n.º3- E3</b> |  |
|---|--|
| <b>Nome:</b>                                    | Pedro Manuel Monteiro Fernandes              |
| <b>Cargo/Função:</b>                            | Cmdt da CTm/BrigRR e Adjunto do G6/EM/BrigRR |
| <b>Posto:</b>                                   | Capitão                                      |
| <b>Arma/Serviço:</b>                            | Transmissões                                 |

| Dados relativos ao Entrevistado n.º4- E4 |                                 |
|--|---------------------------------|
| <b>Nome:</b>                             | Vítor Manuel Rasteiro Fernandes |
| <b>Cargo/Função:</b>                     | Oficial de Operações da LCC FRI |
| <b>Posto:</b>                            | Major                           |
| <b>Arma/Serviço:</b>                     | Infantaria                      |

| Dados relativos ao Entrevistado nº5- E5 |                                  |
|---|----------------------------------|
| <b>Nome:</b>                            | Paulo Jorge Malva de Jesus Rêpas |
| <b>Cargo/Função:</b>                    | 2ºCmdt do 1ºBIPara               |
| <b>Posto:</b>                           | Major                            |
| <b>Arma/Serviço:</b>                    | Infantaria                       |

| Dados relativos ao Entrevistado nº6- E6 |   |
|---|---|
| <b>Nome:</b>                            | Paulo Jorge Borges Simões de Abreu                    |
| <b>Cargo/Função:</b>                    | Diretor de Formação na Escola de Tropas Paraquedistas |
| <b>Posto:</b>                           | Tenente Coronel                                       |
| <b>Arma/Serviço:</b>                    | Infantaria  |

## Apêndice C - Quadros resumo das entrevistas

| Entrevistados   | Resumos de resposta à questão n.º1 do Bloco B<br>Como caracteriza o Núcleo Inicial da Componente Terrestre da FRI?  |
|---|---|
| <b>Entrevistado N.º1</b><br><br><b>Major</b><br><b>Rui Santos</b>             | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Força ligeira de intervenção imediata</li> <li>• Por períodos de tempo reduzidos</li> <li>• Satisfaz os requisitos operacionais definidos pelo CEMGFA</li> <li>• A elevada prontidão</li> <li>• Permite ao EMGFA o emprego de capacidades em conjunto, ou de forma independente</li> <li>• Especializado em NEO</li> <li>• Pode englobar o Apoio a uma Operação Humanitária</li> </ul> |
| <b>Entrevistado N.º2</b><br><br><b>Major</b><br><b>João Bernardino</b>        | <ul style="list-style-type: none"> <li>• De encontro ao que vem definido superiormente</li> <li>• Força ligeira de elevada prontidão</li> <li>• Para missões com tempo de intervenção relativamente curto</li> <li>• Vocacionada para operações NEO e ajuda humanitária</li> <li>• Pelas capacidades que possui, emprega-se ao nível conjunto ou independente, podendo alargar o espectro das missões</li> </ul>                |
| <b>Entrevistado N.º 3</b><br><br><b>Capitão</b><br><b>Pedro Fernandes</b>     | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Força ligeira, de primeira linha logo com elevados níveis de prontidão</li> <li>• Para intervenção imediata e por curtos períodos de tempo</li> <li>• Como missões principais atribuídas a evacuação de cidadãos nacionais e mais recentemente o apoio a catástrofes, ajuda humanitária.</li> </ul>  |
| <b>Entrevistado N.º 4</b><br><br><b>Major</b><br><b>Vítor Fernandes</b>       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bem organizado e treinado para intervenções imediatas</li> <li>• Satisfaz os padrões de prontidão superiormente definidos</li> <li>• Possui as valências essenciais à condução de ajuda humanitária e operações NEO</li> <li>• A possibilidade de inclusão de outras capacidades é uma mais-valia quando empregue ao nível conjunto</li> </ul>   |
| <b>Entrevistado N.º 5</b><br><br><b>Major</b><br><b>Paulo Rêpas</b>           | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bem preparado e treinado</li> <li>• Cumpre o exigido, elevada Prontidão</li> <li>• Para acorrer em situações de necessidade imediata</li> <li>• Com prazo de intervenção muito reduzido</li> </ul>   |
| <b>Entrevistado N.º 6</b><br><br><b>Tenente Coronel</b><br><b>Paulo Abreu</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Força ligeira,</li> <li>• Com projecção e intervenção imediata</li> <li>• Proficiente no desempenho de ações por tempo reduzido como Initial Entry force no cenário para onde for chamado</li> </ul>   |

| Entrevistados   | Resumos de resposta à questão n.º2 do Bloco B<br>Quais as principais capacidades e limitações de uma força desta natureza? |  |
|---|--|--|
| <b>Entrevistado N°1</b><br><br><b>Major Rui Santos</b>      | Capacidades  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• A atuação no imediato desenvolve a capacidade de reação rápida</li> <li>• É uma força bem treinada, bem preparada</li> <li>• No cumprimento das missões que lhe estão atribuídas tem capacidade de autossustentação</li> <li>• Sem dúvida que a inserção vertical faz todo o sentido de destaque nas capacidades do núcleo inicial</li> </ul>   |
|   | Limitações   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não estando diretamente nas competências do núcleo, os meios de projeção são evidentemente uma limitação</li> <li>• Está prevista a atuação em ambiente, incerto e hostil, mas a realidade é que a atuação da força em ambiente hostil não é compatível com a proteção que a mesma tem.</li> <li>• As Informações, a componente terrestre deveria ter esta capacidade, pois é a componente que por norma tem maior exposição ao ambiente operacional.</li> <li>• Apoio sanitário ao nível de recursos humanos é insuficiente e podia ser usado de melhor forma</li> <li>• A FRI não dispõe de capacidade NBQR</li> </ul>  |
| <b>Entrevistado N°2</b><br><br><b>Major João Bernardino</b> | Capacidades  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevado treino técnico e tático</li> <li>• Elevada Prontidão</li> <li>• A resposta à necessidade de intervenção de acordo com os padrões de Reação Rápida</li> <li>• Entrada no cenário de emprego através da inserção vertical</li> <li>• Capacidade de autossustentação</li> </ul>  |
|   | Limitações   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os meios de projeção que mesmo não sendo da nossa responsabilidade influenciam o desenvolvimento da ação</li> <li>• O fluxo de informações nem sempre é contínuo, logo a força não se mantém devidamente atualizada sobre os possíveis cenários de emprego</li> <li>• A proteção da força se empenhada em ambiente como o hostil pode ser comprometida</li> <li>• Os equipamentos são fundamentais, por vezes inadequados e insuficientes, deveria haver uma base orgânica de material, tendo em conta os outros ramos evitando-se problemas de interoperabilidade.</li> <li>• Falta de relatórios padronizados entre ramos</li> <li>• A nomeação do pessoal que faz parte do módulo sanitário e a sua</li> </ul> |

|  |             |  |
|--|-------------|--|
|  |             | <p>fraca disponibilidade para um acompanhamento mais de próximo nas atividades da força.</p> <p>NBQR, uma valência destas nos dias que correm e numa força desta natureza não deviam ser descurados.</p>   |
| <b>Entrevistado</b><br><b>Nº 3</b><br><br><b>Capitão</b><br><b>Pedro</b><br><b>Fernandes</b> | Capacidades | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Como força que é, e entregue à BrigRR responde prontamente ao que lhe for solicitado</li> <li>• A inserção vertical como forma de entrada nos vários cenários em caso de necessidade</li> <li>• Força tendencialmente com carácter expeditivo, com capacidade de autossustentação por períodos curtos.</li> </ul>   |
|  | Limitações  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fraca capacidade de transporte, sempre dependente dos meios aéreos ou navais</li> <li>• Recursos atribuídos ao nível do aprontamento</li> <li>• Equipamentos, orgânica de material permanente</li> <li>• A capacidade de operações conjuntas pode ser influenciada pela falta de treino adequado com as restantes componentes,</li> <li>• Problemas de interoperabilidade dos meios como resultado do ponto anterior</li> <li>• Se o módulo sanitário é parte integrante da FRI, este deve estar mais disponível para ações de treino operacional</li> <li>• A valência NBQR deveria fazer parte do catálogo d forças da FRI</li> <li>• O grau de proteção da força consoante o ambiente em que se opera pode não ser o mais ajustado.</li> </ul> |
| <b>Entrevistado</b><br><b>Nº 4</b><br><br><b>Major</b><br><b>Vítor</b><br><b>Fernandes</b>   | Capacidades | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reação Rápida</li> <li>• Deve possuir todas as capacidades de um Batalhão de Infantaria Paraquedista</li> <li>• Destaca-se a inserção vertical Inserção vertical e atuação com autossustentação por períodos reduzidos.</li> </ul>  |
|  | Limitações  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de meios próprios para projeção</li> <li>• Equipamentos demasiado grandes e pesados</li> <li>• Interoperabilidade nem sempre se verifica, e isso era possível identificar com o Exercício Lusíada</li> <li>• Força com pouca capacidade de proteção tendo em vista os tipos de ambiente para os quais está prevista a sua atuação</li> <li>• A valência NBQR</li> <li>• A disponibilidade do módulo sanitário, para assegurar as suas capacidades operacionais.</li> </ul>  |
| <b>Entrevistado</b><br><b>Nº 5</b>   | Capacidades | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Especialmente bem treinada e pronta para intervenções rápidas</li> <li>• Força indicada para intervenções imediatas,</li> </ul>   |

|   |             |  |
|---|-------------|--|
| <b>Major<br/>Paulo Rêpas</b>  |             | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Autossustentação</li> <li>• A Inserção vertical é uma das possibilidades de entrada no cenário de emprego</li> </ul>  |
|   | Limitações  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Meios de projeção, os vetores que conduzem à inserção no terreno</li> <li>• Uma força como esta, se atuar em ambientes com maior nível de ameaça a sua proteção é um das vulnerabilidades</li> <li>• Equipamentos mais adequados em prol da missão e da própria força.</li> </ul> |
| <b>Entrevistado<br/>Nº 6<br/><br/>Tenente<br/>Coronel<br/>Paulo Abreu</b> | Capacidades | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização do vetor aéreo como meio de inserção</li> <li>• Atuação por período reduzido sem reabastecimento, autossustentação</li> <li>• Força bem treinada para atuar em qualquer ambiente</li> </ul>  |
|   | Limitações  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Meios de projeção e equipamentos</li> </ul>   |



| Entrevistados   | Resumos de resposta à questão n.º3 do Bloco B<br>Considera que os recursos humanos e materiais atualmente disponíveis são os desejados?  |
|---|--|
| <b>Entrevistado N.º1</b><br><br><b>Major</b><br><b>Rui Santos</b>             | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estando em categoria2, temos que os considerar suficientes, fora isso são insuficientes</li> <li>• Ao nível de recursos humanos no destacamento sanitário são insuficientes</li> </ul>  |
| <b>Entrevistado N.º2</b><br><br><b>Major</b><br><b>João Bernardino</b>        | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Meios humanos sim, é suficiente,</li> <li>• Relativamente aos meios matérias considero que não, necessidade de se criar uma base de estrutura orgânica de material</li> <li>• Aquisição de material e equipamento de acordo com o estudo dos cenários prováveis de atuação da força</li> </ul>  |
| <b>Entrevistado N.º 3</b><br><br><b>Capitão</b><br><b>Pedro Fernandes</b>     | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Obviamente que os recursos são escassos</li> <li>• Ao nível sanitário, dificuldades na nomeação e participação em treino operacional</li> <li>• Devia existir o orgânico de material disponível em exclusividade para a FRI</li> <li>• A falta de material na unidade que apronta o núcleo pode causar dificuldades no treino do pessoal</li> </ul> |
| <b>Entrevistado N.º 4</b><br><br><b>Major</b><br><b>Vítor Fernandes</b>       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ainda se pode melhorar, nomeadamente meios de comunicação segura portáteis</li> <li>• Atualmente os meios atribuídos à força são de dimensão e peso excessivo</li> <li>• Deveria existir um pelotão de engenharia, para proteção da força e especialmente para trabalhos de ajuda humanitária</li> </ul>  |
| <b>Entrevistado N.º 5</b><br><br><b>Major</b><br><b>Paulo Rêpas</b>           | <ul style="list-style-type: none"> <li>• A força dispõe dos recursos humanos necessários, e como se pôde observar na Operação “MANATIM”, os recursos materiais são rapidamente fornecidos.</li> </ul>  |
| <b>Entrevistado N.º 6</b><br><br><b>Tenente Coronel</b><br><b>Paulo Abreu</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Considero que sim, caso a projeção contemple toda a força</li> </ul>  |

| <b>Entrevistados</b>  | <b>Resumos de resposta à questão n.º4 do Bloco B</b><br><b>Considera que os impactos de possíveis limitações influenciam o profissionalismo da força quando empenhada?</b>  |
|---|---|
| <b>Entrevistado N.º1</b><br><br><b>Major</b><br><b>Rui Santos</b>             | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Diretamente não</li> <li>• Se os recursos humanos tiverem à disposição meios para poder trabalhar</li> <li>• A operacionalidade do treino poderá apontar para um maior profissionalismo aquando do real</li> </ul>   |
| <b>Entrevistado N.º2</b><br><br><b>Major</b><br><b>João Bernardino</b>        | <ul style="list-style-type: none"> <li>• As limitações são mais ao nível material e essas não influenciam diretamente o rigor e profissionalismo da força</li> </ul>  |
| <b>Entrevistado N.º 3</b><br><br><b>Capitão</b><br><b>Pedro Fernandes</b>     | <ul style="list-style-type: none"> <li>• O profissionalismo em si, a falta de material não influencia diretamente, na medida em que o pessoal, recursos humanos tentam dar sempre o seu melhor</li> <li>• É logico que, dotar a força de material adequado é essencial para a força estar efetivamente preparada</li> </ul> |
| <b>Entrevistado N.º 4</b><br><br><b>Major</b><br><b>Vítor Fernandes</b>       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• O profissionalismo não depende dos meios, mas sim do pessoal e dos treinos que estes desenvolvem</li> <li>• Quanto melhor forem os meios colocados à disposição mais facilidade, mais proficiência no cumprimento da missão</li> </ul>   |
| <b>Entrevistado N.º 5</b><br><br><b>Major</b><br><b>Paulo Rêpas</b>           | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não, na medida em que o profissionalismo da força não depende dos meios mas sim de recursos humanos e do treino,</li> <li>• A força está bem treinada e preparada</li> </ul>   |
| <b>Entrevistado N.º 6</b><br><br><b>Tenente Coronel</b><br><b>Paulo Abreu</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualquer força bem treinada não vê o seu desempenho afetado por outros fatores, o profissionalismo e rigor posto na execução das ações são o garante do sucesso</li> </ul>   |

| <b>Entrevistados</b>  | <b>Resumos de resposta à questão n.º1 do Bloco C</b><br><b>Qual a importância do treino para uma força como esta?</b>  |
|---|--|
| <b>Entrevistado N.º1</b><br><br><b>Major</b><br><b>Rui Santos</b>             | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Extremamente importante, essencial</li> <li>• Aquisição de competências para satisfazer o estado de prontidão exigido para o cabal cumprimento da missão</li> <li>• Fundamental no que diz respeito para uma articulação operacional tendo em vista o emprego conjunto</li> </ul>   |
| <b>Entrevistado N.º2</b><br><br><b>Major</b><br><b>João Bernardino</b>        | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tudo tem que estar devidamente treinado</li> <li>• Manter elevada capacidade de resposta</li> <li>• Essencial para garantir o estado de prontidão e cabal cumprimento da missão</li> </ul>  |
| <b>Entrevistado N.º 3</b><br><br><b>Capitão</b><br><b>Pedro Fernandes</b>     | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma força pode ter os melhores equipamentos, mas se não tem treino de técnicas, táticas e procedimentos não tira partido nenhum desses recursos</li> <li>• É essencial para garantir a elevada prontidão e cumprimento da missão</li> </ul>   |
| <b>Entrevistado N.º 4</b><br><br><b>Major</b><br><b>Vítor Fernandes</b>       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• O treino é essencial para se ter confiança e garantia de cumprimento das missões</li> <li>• Só com treino se atinge a elevada prontidão e outros objetivos superiormente definidos</li> </ul>   |
| <b>Entrevistado N.º 5</b><br><br><b>Major</b><br><b>Paulo Rêpas</b>           | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Extremamente importante, razão pela qual os militares que estão em ordem de batalha têm experiência noutros teatros</li> <li>• Revela-se essencial para a aquisição de competências, e agilização das mesmas uma vez que podem empregues ao nível individual ou coletivo</li> <li>• A elevada prontidão necessária para o cumprimento das missões só se atinge com o treino.</li> </ul> |
| <b>Entrevistado N.º 6</b><br><br><b>Tenente Coronel</b><br><b>Paulo Abreu</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• É com o treino, com o praticar repetir e insistir que, se desenvolve a aquisição de competências.</li> <li>• Para uma força como esta que tem de satisfazer elevados níveis de prontidão se quiser cumprir a missão, é de primordial importância.</li> </ul>  |

| Entrevistados   | Resumos de resposta à questão n.º2 do Bloco C<br>Que tipos de treino executam?  |
|---|---|
| <b>Entrevistado N.º1</b><br><br><b>Major</b><br><b>Rui Santos</b>             | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Individual, coletivo,</li> <li>• A participação da força no Lusíada exercita a componente terrestre em conjugação com as restantes componentes da força,</li> <li>• O Lusíada enquanto exercício conjunto, ultimamente tem sido desenvolvido no âmbito do treino de postos de comando</li> <li>• Um treino vocacionado para NEO e Ajuda Humanitária</li> </ul> |
| <b>Entrevistado N.º2</b><br><br><b>Major</b><br><b>João Bernardino</b>        | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Todos os necessários para o cumprimento da missão e de acordo com a tipologia da força</li> <li>• Treino individual, coletivo</li> <li>• Deverá existir um exercício antes do exercício conjunto, para certificação da força</li> <li>• O Lusíada atualmente é um exercício de postos de comando</li> </ul>  |
| <b>Entrevistado N.º 3</b><br><br><b>Capitão</b><br><b>Pedro Fernandes</b>     | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Todo o tipo de treinos, do escalão mais baixo ao escalão mais alto tendo em conta a missão da força</li> <li>• O Lusíada é o exercício ideal para validação da força, mas ultimamente a componente terrestre não tem participado de forma efetiva</li> </ul>   |
| <b>Entrevistado N.º 4</b><br><br><b>Major</b><br><b>Vítor Fernandes</b>       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Todo o tipo de treinos desde o individual ao coletivo</li> <li>• Treino para execução de todo o tipo de operações, com especial atenção a treinos específico à condução de operações de ajuda humanitária e evacuação de não combatentes</li> </ul>  |
| <b>Entrevistado N.º 5</b><br><br><b>Major</b><br><b>Paulo Rêpas</b>           | <ul style="list-style-type: none"> <li>• A técnica individual de combate e tarefas críticas têm que estar perfeitamente interiorizados</li> <li>• Treino individual e coletivo orientado para a tipologia de operações que a força à partida vai desenvolver, NEO e ajuda humanitária</li> </ul>  |
| <b>Entrevistado N.º 6</b><br><br><b>Tenente Coronel</b><br><b>Paulo Abreu</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Individual, coletivo</li> <li>• O treino de qualquer força deve incidir essencialmente em ações de combate</li> <li>• Se apta a desenvolver ações de combate apta a executar outro qualquer tipo de ação</li> <li>• O treino das tarefas específicas das missões NEO decorre do treino de tarefas de combate</li> </ul>  |

| Entrevistados   | Resumos de resposta à questão n.º1 do Bloco D<br><b>Considera que o Núcleo Inicial da LCC FRI está apto a cumprir com as missões que lhe estão atribuídas?</b>  |
|---|---|
| <b>Entrevistado N.º1</b><br><br><b>Major Rui Santos</b>             | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim por tudo o que tem vindo a ser elaborado, como recentemente com a Operação “MANATIM”</li> <li>• Deve-se acautelar algumas situações, segundo as diretivas superiores, a força tem que atuar em qualquer tipo de ambiente</li> <li>• Indicada para atuar por períodos de tempo reduzidos, tendo em conta a pouca proteção da mesma não considero o ambiente hostil o mais indicado para atuação da mesma</li> </ul>   |
| <b>Entrevistado N.º2</b><br><br><b>Major João Bernardino</b>        | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim, em missões que se preveja empenhamento num curto período de tempo,</li> <li>• Há que ter atenção algumas situações, como a definição de uma estrutura orgânica de material, manter um fluxo de informação atualizado e permanente de acordo com os possíveis cenários de emprego.</li> </ul>  |
| <b>Entrevistado N.º 3</b><br><br><b>Capitão Pedro Fernandes</b>     | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim</li> <li>• Contudo há aspetos a ter em conta, o tempo de emprego para esta força deve ser reduzido, as dificuldades aumentam inevitavelmente se houver necessidade de prolongar o período de intervenção ou desdobrar o pessoal na execução de outras tarefas que não as que à partida estavam planeadas.</li> <li>• A força responderá melhor em ambientes que não o hostil onde possa haver suporte logístico necessário.</li> </ul>   |
| <b>Entrevistado N.º 4</b><br><br><b>Major Vítor Fernandes</b>       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim, pela vasta experiência dos seus quadros, pelos treinos que têm sido desenvolvidos e mais recentemente os acontecimentos relativos à Operação “MANATIM”.</li> <li>• Há considerações que devem ser respeitadas, as missões para a qual foi desenhada, intervenção rápida, curtos períodos de tempo</li> <li>• Preferencialmente atuação em ambiente não hostil dada a condição da força no que respeita à proteção e possível desmembramento de efetivos na execução de outras tarefas.</li> </ul> |
| <b>Entrevistado N.º 5</b><br><br><b>Major Paulo Rêpas</b>           | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não existem dúvidas disso, os acontecimentos recentemente passados como a Operação “MANATIM” e no imediato com o Exercício APOLO12 permitem testar as capacidades da força e tirar um parecer quanto à exequibilidade da mesma</li> </ul>  |
| <b>Entrevistado N.º 6</b><br><br><b>Tenente Coronel Paulo Abreu</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim a força esta apta, cumpre com os padrões de prontidão exigidos</li> <li>• Não se podem esquecer alguns aspetos, a força prevê desenvolver uma ação rápida, por curto período de tempo, se forem pedidas tarefas adicionais que envolvam desdobramento de pessoal a força não conta com proteção e prejudica a sua operacionalidade.</li> </ul>   |

| Entrevistados   | Resumos de resposta à questão n.º 2 do Bloco D<br>Que alterações efetuava nesta força?   |
|---|--|
| <b>Entrevistado N.º 1</b><br><br><b>Major Rui Santos</b>            | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclusão de Equipas Humint na participação ativa do fluxo de informação</li> <li>• O aumento do número de socorristas e enfermeiros do módulo sanitário e o seu uso na população local, concorre para aceitação, reconhecimento e proteção da força</li> <li>• Tendo em vista ampliar a capacidade de resposta desta força, a valência NBQR deveria estar no catálogo de forças da FRI</li> </ul>   |
| <b>Entrevistado N.º 2</b><br><br><b>Major João Bernardino</b>       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• É fundamental manter um fluxo constante e atualizado sobre as informações dos teatros de operações previsíveis de atuação.</li> <li>• Força Orgânica Permanente, isto é, dotar a força com todos os elementos que a constituem em ordem de batalha e atribuir à força o material equipamento adequados ao cumprimento da missão, atualmente o peso e tamanho são problemas para a projeção</li> <li>• A valência NBQR é sem dúvida um ponto que carece de revisão</li> <li>• O Comandante da LCC FRI deve ter sob o seu controlo todos os elementos que a constituem, desde o aprontamento até ao final da fase standby.</li> </ul> |
| <b>Entrevistado N.º 3</b><br><br><b>Capitão Pedro Fernandes</b>     | <ul style="list-style-type: none"> <li>• O módulo sanitário devia estar mais bem definido, com maior disponibilidade, para poder participar de forma efetiva nos treinos com a força.</li> <li>• A constituição desta força de forma orgânica e permanente, não acumulado com outras missões.</li> <li>• Valencia NBQR nos dias que correm faz todo o sentido existir.</li> </ul>  |
| <b>Entrevistado N.º 4</b><br><br><b>Major Vítor Fernandes</b>       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Devia possuir uma componente de Engenharia de combate, meios C2 mais ligeiros e seguros e capacidade de resposta a NBQR</li> <li>• Rever a nomeação e participação do pessoal do módulo sanitário, efetivar a sua presença, aproximar esta valência do resto da força.</li> <li>• Força de orgânica permanente</li> </ul>   |
| <b>Entrevistado N.º 5</b><br><br><b>Major Paulo Rêpas</b>           | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Para uma força com pouca proteção dota-la com equipamentos mais ligeiros</li> </ul>   |
| <b>Entrevistado N.º 6</b><br><br><b>Tenente Coronel Paulo Abreu</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Passar para um modelo de orgânica permanente com disponibilidade 100% de recursos humanos e materiais</li> <li>• Para tirar partido dessa situação, toda a força deveria estar sobre o comando do Cmta da LCC FRI, rentabiliza-se o treino e garante-se proficiência entre os elementos da LCC</li> </ul>   |

| Entrevistados   | Resumos de resposta à questão n.º 3 do Bloco D<br><b>Que aspetos devem ser melhorados ou incrementados na sua opinião?</b>  |
|---|---|
| <b>Entrevistado N.º1</b><br><br><b>Major Rui Santos</b>             | <ul style="list-style-type: none"> <li>• não tanto ao nível da componente terrestre, mas sim ao nível da FRI deveria ser incrementado as Relações públicas, procurando dar maior visibilidade à força. Dar a conhecer a existência desta capacidade das Forças Armadas, para que os cidadãos quer em território nacional quer fora deste saibam da sua existência.</li> </ul> |
| <b>Entrevistado N.º2</b><br><br><b>Major João Bernardino</b>        | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Volto a falar da certificação das forças. Deveria existir certificação das várias componentes da FRI antes do Lusíada, e a realização do Lusíada nos moldes atuais não permite certificar e validar as técnicas táticas e procedimentos das componentes operacionais FRI.</li> </ul>   |
| <b>Entrevistado N.º 3</b><br><br><b>Capitão Pedro Fernandes</b>     | <ul style="list-style-type: none"> <li>• A importância que tem vindo a ser dada a esta força nos últimos anos tem ganho maior relevância</li> <li>• Contudo, nem sempre esta é vista como prioridade sendo colocada para segundo plano, o que compromete a operacionalidade da força</li> </ul>   |
| <b>Entrevistado N.º 4</b><br><br><b>Major Vítor Fernandes</b>       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alguns que extravasam a competência da componente terrestre mas que, influenciam diretamente a projeção e manobra</li> <li>• Os meios aéreos atribuídos à FRI, (2 aviões C-130Hercules) são manifestamente insuficientes</li> </ul>  |
| <b>Entrevistado N.º 5</b><br><br><b>Major Paulo Rêpas</b>           | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aproveitar as condições que Portugal oferece para o treino da força</li> <li>• Tirar partido do Arquipélago da Madeira ou dos Açores para desenvolver um exercício onde se pudesse avaliar a capacidade de projeção e a execução de uma operação com a participação dos três ramos.</li> </ul>                                       |
| <b>Entrevistado N.º 6</b><br><br><b>Tenente Coronel Paulo Abreu</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os aspetos relacionados com a projeção pois são estes que ainda estão pouco oleados e que, como tal, originam maiores dificuldades sempre que se prevê um empenhamento.</li> </ul>   |

## **Lista de Anexos**

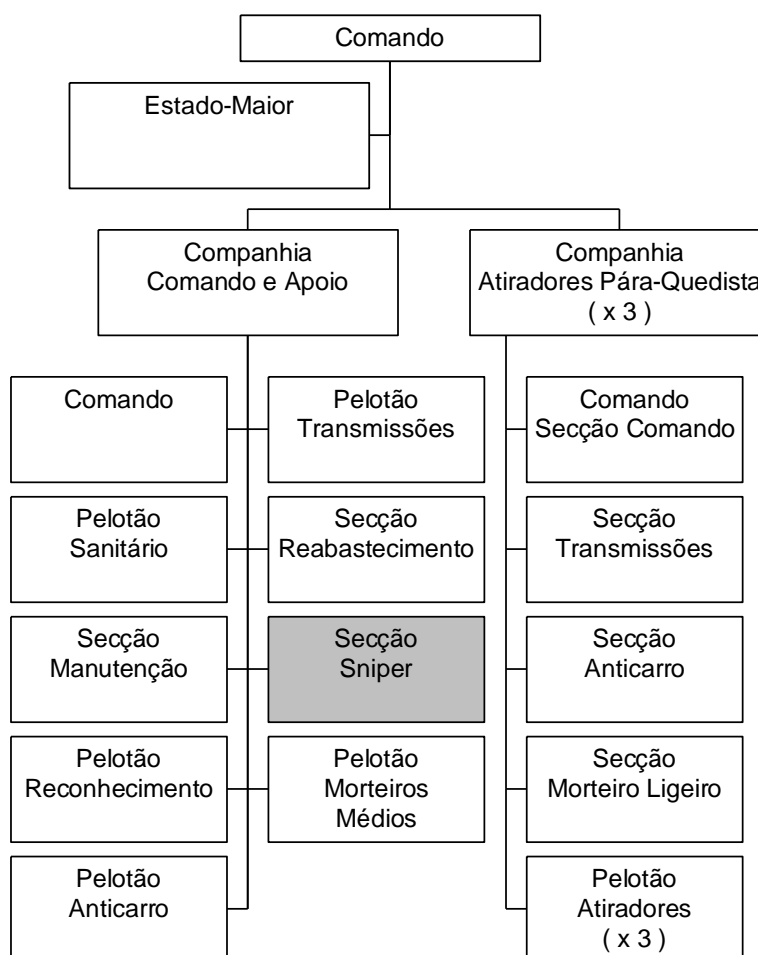


## Anexo A - Quadro Orgânico do 1º BIPara

### 1. MISSÃO

O 1º Batalhão de Infantaria Pára-quedista executa operações de assalto aéreo através de salto táctico em pára-quedas ou desembarque de assalto para conduzir operações de combate convencionais em áreas sensíveis ou negadas. Quando reforçado com meios de apoio adicionais, executa todo o espectro de missões de um Batalhão de Infantaria.

### 2. ORGANIGRAMA



### 3. POSSIBILIDADES

- Prepara-se para conduzir toda a tipologia de operações no âmbito da Infantaria em todo o espectro de operações militares, nomeadamente:

- (1) Conduzir operações de assalto aéreo através de salto tático em pára-quedas (desembarque aéreo) ou aterragem de assalto, em todo o tipo de conflito, qualquer tipo de terreno e condições meteorológicas, explorando a mobilidade estratégica e velocidade de reacção;
  - (2) Conduzir acções apeadas e/ou montadas de alta agressividade, através da concentração de potencial contra forças blindadas, mecanizadas ou apeadas com meios de fogos directos e indirectos;
  - (3) Conquistar e manter a posse de terreno importante e pontos sensíveis e preparar posições defensivas para garantir a sua defesa, normalmente até à junção com outras forças terrestres;
  - (4) Reforçar forças cercadas ou apoiar a operação de ruptura de cerco;
  - (5) Conduzir Operações de aquisição de informações;
  - (6) Conduzir Golpes de Mão a Postos de Comando, Bases de Fogos, Linhas de Comunicações ou instalações Administrativa-logísticas;
  - (7) Conduzir ataques na retaguarda de posições inimigas ou impedir o empenhamento de reservas;
  - (8) Conduzir operações de resposta a crises (CRO);
  - (9) Participar em operações de combate ao terrorismo e outras ameaças assimétricas.
- b. Participar nas diferentes fases de empenhamento dos Planos do Exército no âmbito das Outras Missões de Interesse Público (OMIP), assim como no accionamento dos respectivos meios, quando e na forma que lhe for determinado.
- c. Participar em projectos de cooperação técnico-militar, no âmbito da sua tipologia de força, conforme definido superiormente.

#### **4. CAPACIDADES**

- a. Capacidade para actuar de forma isolada ao nível de secção.
- b. Capacidade para realizar operações aerotransportadas para entrada inicial de forças, em ambiente hostil, com recurso ao lançamento em pára-quedas ou a aterragem de assalto, em qualquer tipo de terreno, para explorar a mobilidade estratégica e a velocidade de reacção para conquistar terreno vital.
- c. Capacidade para conduzir acções de combate próximo com armamento portátil.

- d. Capacidade para, através da manobra apeada e da mobilidade, obter a concentração de potencial, empenhando as forças inimigas (blindadas, mecanizadas ou de infantaria) através da execução de fogos directos e indirectos, causando o máximo de atrição.
- e. Capacidade para conduzir operações de resposta a crises (CRO).
- f. Capacidade para controlar ou manter a posse de terreno conquistado ao inimigo e preparar posições defensivas.
- g. Capacidade para observar, negar o acesso, ocupar e defender pontos fortes.
- h. Capacidade para conduzir operações em áreas urbanizadas.
- i. Capacidade para efectuar operações de controlo de tumultos.
- j. Capacidade para participar em operações Conjuntas/Combinadas.
- k. Capacidade para actuar em condições de extremo calor ou frio e em todo o tipo e condições de terreno.
- l. Capacidade para actuar integrado num ambiente em rede (NNEC - NATO Network Enabled Capability).
- m. Capacidade para Integrar o sistema JISR (Joint Intelligence Surveillance and Reconnaissance).
- n. Capacidade para obter / partilhar informação em “tempo real / próximo do real” que contribua para o BFSA (Blue Force Situation Awareness - Percepção Situacional das Forças Amigas).
- o. Capacidade para partilhar a COP (Common Operacional Picture – Imagem Operacional Comum) com as unidades subordinadas até ao escalão Secção (mesmo que actuando apeadas).
- p. Capacidade para obter, de dia ou de noite e em condições de visibilidade limitada, imagens (fotos ou vídeo) de objectivos ou actividades de interesse e disseminação das mesmas e de dados complementares para um centro de processamento / análise / integração de uma forma atempada, eficiente e segura.
- q. Capacidade para manter actualizada, de forma automática, a rede de Comando e Operações e Logística relativamente à situação da Classe III e V, bem como os danos existentes relativos a combate e a não combate.
- r. Capacidade para transportar 3 DOS.
- s. Capacidade para desminagem manual e destruição de obstáculos.
- t. Capacidade para efectuar deslocamentos em viaturas orgânicas.
- u. Capacidade para garantir protecção adequada para o pessoal e equipamento orgânico no âmbito CBRN (Chemical, Biological, Radiological and Nuclear).

- v. Capacidade para garantir protecção adequada de pessoal e equipamento contra RCIED (Remote Controlled Improvised Explosive Devices).
- w. Capacidade para reconhecer e emitir sinais de identificação de forças amigas para evitar o fratricídio.
- x. Capacidade para preparar posições para auto-defesa.
- y. Capacidade orgânica para garantir apoio logístico e sanitário.

## **5. PRESSUPOSTOS DA ORGANIZAÇÃO**

- a. Quando necessário, as Forças de Apoio Geral garantem Apoio de Serviços e Apoio de Combate adicional ao 1º Batalhão de Infantaria Pára-quedista (1º BIPara).
- b. O Centro de Saúde Tancos/Santa Margarida garante os elementos necessários ao apoio sanitário quando exigidos para treino ou emprego operacional da unidade.
- c. O presente QO define quais os cargos a activar quando em treino ou emprego operacional da Unidade.
- d. Os equipamentos específicos para actuar em condições de extremo calor/frio farão parte de dotação especial a atribuir em função do exigido para treino ou emprego operacional.
- e. O levantamento das capacidades poderá estar sujeito a critérios de distribuição de meios não disponíveis para todas as Unidades do Sistema de Forças Nacional (SFN).
- f. Quando a unidade não dispõe dos meios de comunicações adequados ao novo conceito do Sistema de Informações e Comunicações Tático (SIC-T), se necessário, reorganiza as estruturas de comunicações ao nível Batalhão e Companhia, no sentido de viabilizar o treino operacional com os meios disponíveis.
- g. A estrutura orgânica de material tem por base o 1º BIPara numa operação aerotransportada – Lançamento em pára-quedas (desembarque aéreo). A capacidade do SIC-T ao nível do Batalhão (Pelotão de Transmissões) requer uma adequação à realidade de uma operação aerotransportada por desembarque aéreo.
- h. A estrutura orgânica de material do 1º BIPara permite que, em função da natureza da missão ou do Teatro de Operações atribuído, possa ser reforçada com outros equipamentos, nomeadamente viaturas que se encontram à ordem do Comando da Brigada de Reacção Rápida.
- i. No Quadro Orgânico do 1º BIPara constam os seguintes anexos como hipóteses de emprego:

- (1) Anexo A – Organização do 1º BIPara em Viaturas Tácticas Ligeiras Blindadas 4x4 (VTLB 4x4);
- (2) Anexo B - Organização do 1º BIPara para Lançamento em aeronave de asa fixa C130 H;
- (3) Anexo C – Organização de uma Companhia / 1ºBIPara em Aeronave de asa móvel NH90 a 14 elementos;
- (4) Anexo D - Organização de uma Companhia / 1ºBIPara em Aeronave de asa móvel NH90 a 20 elementos;
- (5) Anexo E - Organização de uma Companhia / 1ºBIPara em Aeronave de asa móvel NH90 a 14 elementos com transportes de viaturas.

## **6. TIPOLOGIA DA FORÇA**

O 1º BIPara/BrigRR é uma força de infantaria ligeira, vocacionada para as operações convencionais, com capacidade de projecção imediata e elevado estado de prontidão, caracterizando-se pela concentração de potencial de combate, rapidez na acção e flexibilidade, dotadas de capacidade de inserção no Teatro de Operações através de salto em pára-quedas.

## **7. CONCEITO DE EMPREGO**

- a. O escalão preferencial de emprego das Forças “Pára-quedistas” é o escalão Batalhão, constituindo-se os Batalhões de Infantaria Pára-quedista como a principal força de combate, podendo conduzir ou participar em todos os tipos de operações ofensivas, defensivas e de transição, aerotransportadas e aeromóveis.
- b. O 1º BIPara/BrigRR pode ser projectado para a área de um objectivo por desembarque aéreo e/ou aterragem de assalto, como Força de Entrada Inicial (Initial Entry Force), com a finalidade de o conquistar e garantir a sua posse por períodos de tempo limitados até à sua junção com outras forças, ou estreitar o contacto com o inimigo e destruí-lo ou captura-lo combinando, para o efeito, os fogos, o movimento e a surpresa. É uma força apta para combater a pé, em todos os tipos de terreno e sob quaisquer condições de clima e meteorológicas.
- c. O 1º BIPara/BrigRR é uma força para todo o espectro de missões e cenários, empregando-se preferencialmente para situações em que requeiram forças ligeiras de

reacção rápida capazes de participar em Operações de Resposta a Crises (CRO), bem como no combate ao terrorismo e ao crime organizado.

d. O 1º BIPara/BrigRR pode reforçar, como um todo ou parte, se necessário, a Brigada Mecanizada (BrigMec) e a Brigada de Intervenção (BrigInt) e as Forças da Zona Militar dos Açores (ZMA) e Zona Militar da Madeira (ZMM).

e. Emprego do 1º BIPara/BrigRR num TO de alta intensidade.

O emprego do 1º BIPara/BrigRR num TO de alta intensidade deve ter em linha de conta as suas especificidades intrínsecas podendo, dentro da tipologia de operações OTAN no âmbito do Artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte, executar ou participar num largo espectro de operações:

(1) Operações Ofensivas

(a) No âmbito das Operações Ofensivas os BIPara poderão ser empregues vantajosamente na conquista de objectivos profundos ou para destruir / fixar forças inimigas, empenhando-as, simultaneamente, em toda a profundidade da sua área de operações com vista a negar-lhe liberdade de acção, romper ou destruir a coesão do seu dispositivo e dificultar-lhe o ritmo das suas operações;

(b) Na tipologia das Operações Ofensivas, os BIPara deverão, preferencialmente ser empregues em acções de Conquista e Posse, Interdição de Área, Golpes de Mão e Fintas e Demonstrações, privilegiando a execução das formas de manobra de envolvimento e movimento torneante.

(2) Operações Defensivas

No âmbito das Operações Defensivas os BIPara, poderão cumprir qualquer uma das missões atribuídas às unidades de Infantaria, contudo, dado serem forças ligeiras, deverá o seu emprego na Zona de Resistência ser judiciosamente avaliado em função das suas capacidades.

(3) Operações de Retardamento

Os BIPara, como unidades ligeiras, apresentam uma capacidade limitada para conduzirem operações de retardamento, excepto se estas forem conduzidas em zonas de vegetação densa, com relevo acentuado ou em áreas edificadas e preferencialmente em condições de visibilidade limitada, combinado com o emprego intensivo de obstáculos. Dada a capacidade de serem rapidamente deslocadas, permitindo a concentração de potencial no momento e local decisivos, pode aconselhar o seu

emprego na interdição de áreas com a finalidade de evitar ou dificultar as operações inimigas numa área específica.

(4) Operações de Transição

(a) Face ao seu emprego preferencial em Operações Aerotransportadas e como consequência deste tipo de Operações os BIPara conduzem normalmente Operações de Junção e Substituição de Unidades em combate;

(b) As restantes Operações de Transição resultam das operações de combate convencional, daí que o emprego dos BIPara nestas situações não seja diferente do observado nas forças de Infantaria.

(5) Operações Aeromóveis

Os BIPara, dada a sua flexibilidade de emprego e equipamento ligeiro, poderão participar e conduzir operações com esta tipologia.

(6) Operações Aerotransportadas

São as Operações por "excelência" dos BIPara, tipologia esta para a qual estão primariamente vocacionados e nas quais se consegue rentabilizar plenamente as suas capacidades e potencial de combate.

(7) Operações em Ambientes Específicos

Dispondo de equipamento necessário, as suas características permitir-lhe-ão actuar em áreas edificadas, florestas, deserto, montanha, condições de visibilidade limitada, bem como em condições meteorológicas extremas.

(8) Operações em Território Controlado pelo Inimigo

Dado o seu treino e a sua apetência para utilização do vector aéreo como meio de projecção, os BIPara poderão ser empregues neste tipo de operações sempre que o efectivo e o objectivo em causa seja apropriado para uma força deste escalão.

(9) Operações de Forças Cercadas

Os BIPara poderão reforçar forças cercadas ou apoiar a operação de ruptura, através da sua capacidade de projecção por meios aéreos.

f. O emprego do 1º BIPara/BrigRR num TO de média / baixa intensidade.

No contexto das operações OTAN não Artigo 5º – *Crisis Response Operations* (CRO) poderá:

(1) Participar em Operações de Apoio à Paz (OAP):

(a) Operações de Manutenção de paz, nomeadamente em TO de elevada exigência;

- (b) Operações de Imposição da Paz, devendo esta tipologia de operações ser considerada de emprego prioritário no contexto das OAP;
  - (c) Prevenção de Conflitos, através da presença dissuasora.
- (2) Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises:
  - (a) Operações Humanitárias (não OAP);
  - (b) Operações de Evacuação de Não-Combatentes (NEO).
- g. O 1º BIPara/BrigRR pode colaborar em acções no âmbito das OMIP com o pessoal e o material orgânico adequado ao cumprimento destas missões específicas.

## **8. LIMITAÇÕES**

- a. Reduzida protecção, apresentando grande vulnerabilidade aos fogos do inimigo.
- b. Limitada capacidade para conduzir operações por longos períodos, normalmente com duração entre 3 a 5 dias, sem apoio de serviços adicional.
- c. Dependência inicial de Apoio de Fogos Aéreos.
- d. Necessidade de superioridade aérea local para a fase de deslocamento e desembarque aéreo.
- e. Necessidade de condições meteorológicas favoráveis para a fase de deslocamento e desembarque aéreo.



**Anexo B - Categorias de Prontidão**

**Categorias de Prontidão** - Traduzem o intervalo de tempo necessário para aprontar as forças e Unidades.

| <b>Categorias</b> | <b>Prontidão</b>          |
|-------------------|---------------------------|
| <b>1</b>          | <b>Dentro de 2 dias</b>   |
| <b>2</b>          | <b>Dentro de 5 dias</b>   |
| <b>3</b>          | <b>Dentro de 10 dias</b>  |
| <b>4</b>          | <b>Dentro de 20 dias</b>  |
| <b>5</b>          | <b>Dentro de 30 dias</b>  |
| <b>6</b>          | <b>Dentro de 40 dias</b>  |
| <b>7</b>          | <b>Dentro de 60 dias</b>  |
| <b>8</b>          | <b>Dentro de 90 dias</b>  |
| <b>9</b>          | <b>Dentro de 180 dias</b> |
| <b>10</b>         | <b>Dentro de 365 dias</b> |
| <b>11</b>         | <b>Mais de 365 dias</b>   |

Para efeitos de Planeamento, o período mínimo requerido para cada categoria é definido como o período máximo da categoria precedente